

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alta da arrecadação tem componente estrutural, diz estudo..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A ressurreição do crime tributário - OPINIÃO JURÍDICA..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Recorde de dívidas e inadimplência..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro pede juros baixos na Febraban..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio pode reduzir pobreza, mas conta para os mais pobres virá depois, alerta economista
..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Uma retaliação inaceitável (Editorial)..... 13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Projeto de reeleição..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Estados triplicam investimentos com alta da arrecadação..... 15

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

OAB divulga nota em defesa da democracia..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Petro propõe reforma tributária em 1º dia de governo na Colômbia..... 17

O GLOBO - RJ - MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na Colômbia, projeto de Petro propõe elevar impostos de ricos..... 18

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil de 2023 terá herança maldita em todas as áreas das políticas públicas, diz economista
..... 19

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

ICMS: entenda o imposto mais importante para os cofres dos estados..... 20

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bastidores da luta econômica..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Salvem os ricos (Artigo)	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS De mãos dadas com o futuro (Artigo)	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Governo estuda nova âncora fiscal inspirada em metas de inflação	29
O GLOBO - RJ - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS É bem-vinda a nova legislação contra aquecimento global aprovada nos EUA (Editorial)	31
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Arrecadação vai desacelerar em 2023, diz economista	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Proposta prevê flexibilização do teto de gastos	33
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Senado corre para votar projetos importantes	34
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Pacote democrata afeta tributação de empresas nos EUA	35
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Por que Lei de Redução da Inflação importa (Artigo)	36
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS "Copom quer evitar aperto excessivo na economia"	37
CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL ECONOMIA Pobreza se espalha pelas metrópoles	38
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA Regra fiscal deve mudar	39
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA Dívidas sufocam brasileiros	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA 82% dos empresários apoiam totalmente o regime democrático	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Ações da Petrobras avançam 5% e puxam índice Bovespa acima dos 108 mil pontos	45
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Pobreza recorde afeta quase 20 milhões nas metrópoles do Brasil	48

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Líder mundial nas exportações líquidas de alimentos, parte do Brasil passa fome - VAIVÉM
DAS COMMODITIES

..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Pauta básica para um governo sério (Editorial) 54

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Orçamento bolsonarista é a quadratura do círculo (Editorial) 56

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Supremo avalia reajuste de 18% e ministro pode ter salário de R\$ 46 mil 57

Alta da arrecadação tem componente estrutural, diz estudo

Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

A ressurreição do crime tributário - OPINIÃO JURÍDICA

***Alessandro Barreto Borges é sócio da área tributária da
Benício Advogados***

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187296](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296)

Site:

***[http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/18
7296](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296)***

Recorde de dívidas e inadimplência

RAFAELA GONÇALVESRAPHAEL PATI*

Após três meses em queda, o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras voltaram a bater recordes. Segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 78% das famílias brasileiras estão endividadas e 29% estão com contas atrasadas, maiores percentuais registrados desde 2010, quando começou a apuração mensal.

O aumento do endividamento foi de 0,7 pontos percentuais na comparação com o mês anterior, já o indicador de contas em atraso teve alta de 0,5 ponto em relação a junho. O percentual de comprometimento da renda com dívidas permanece em 30,4%, desde abril, mas 22% dos brasileiros têm mais da metade da renda consumida por dívidas. Em julho, a proporção daqueles que afirmaram não ter condições de pagar os débitos já atrasados cresceu 0,1 ponto em relação a junho. A aceleração do endividamento neste início de semestre ocorreu de forma semelhante nas duas faixas de renda pesquisadas.

"As classes de despesas das famílias que ganham menos são justamente as que tiveram maiores aumentos recentes de preço, então essas famílias acabam gastando parcela maior do orçamento para fazer frente ao avanço da **inflação**. Ou seja, as famílias com menor renda aumentaram o endividamento, a despeito dos juros altos, para sustentar o nível de consumo", explicou Izis Ferreira, economista da CNC, responsável pela pesquisa.

A falta de demanda em alguns setores do comércio durante a pandemia fez muitos donos de estabelecimentos se endividarem. É o caso da Elisângela de Souza, cabeleireira, de 48 anos, que possui um salão de beleza no Lago Azul, em Goiás. No período mais forte do isolamento, a loja teve de fechar, e, mesmo após a reabertura, o movimento não é mais o mesmo. "As pessoas estão com pouco dinheiro e acabam deixando de se cuidar para priorizar outras coisas, então, o movimento do salão caiu muito. Eu vou fazendo o que aparece, faxina, trabalho como cuidadora e, assim, vou me virando. Mas o que eu quero é arrumar um emprego em que ganhe bem limpar meu nome aos poucos", afirmou.

Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a alta da inadimplência mostra que as medidas de suporte à renda, como os saques extras do FGTS e a

antecipação do 13º salário dos beneficiários do **INSS**, tiveram efeito apenas momentâneo no pagamento de contas ou dívidas atrasadas, concentrado no segundo trimestre deste ano.

Cartão de crédito

Do total de endividados no País, 85,4% têm dívidas no cartão de crédito, proporção que havia chegado a 88,8% em abril. Na comparação dos grupos de renda, desde fevereiro deste ano, a proporção de endividados no cartão de crédito está maior entre as famílias que ganham mais de 10 salários mínimos, mas o indicador aproximou-se do observado entre as famílias com renda inferior a esse valor.

Os consumidores com até 35 anos de idade são o grupo mais endividado no cartão de crédito, 87,5%. Anne Caroline Damasceno, de 28 anos, conseguiu há pouco tempo um emprego em uma agência de telemarketing. Há cerca de um ano, ela se endividou por não conseguir pagar todas as contas da casa. "A gente não espera isso, né? Só que aconteceu um imprevisto e a gente tem que ir atrás de regularizar", disse a atendente.

Outro destaque da pesquisa é a queda do número de financiamento de automóveis ou da casa própria para 10,6% e 7,6%, respectivamente. O motivo para menor uso de crédito de longo prazo também é a alta dos juros, que aumentaram em média 5,8 pontos percentuais em um ano, para carros, e 2,8 pontos, no caso da aquisição de imóveis pelas pessoas físicas.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

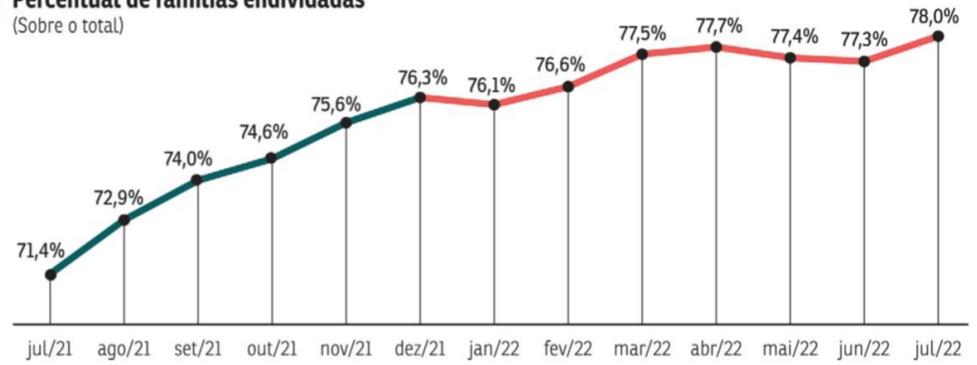


No sufoco

Endividamento e inadimplência batem recorde

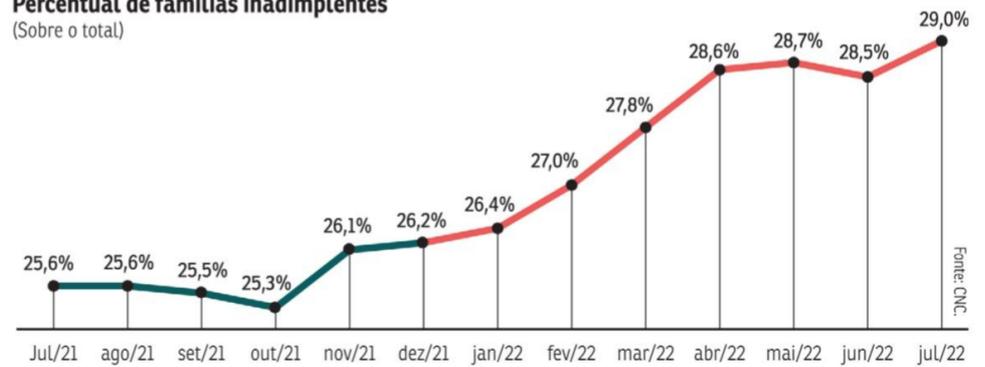
Percentual de famílias endividadas

(Sobre o total)



Percentual de famílias inadimplentes

(Sobre o total)



Fonte: CNC.

Bolsonaro pede juros baixos na Febraban

Cristiane Agostine e Lilian Venturini De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Auxílio pode reduzir pobreza, mas conta para os mais pobres virá depois, alerta economista

O governo federal iniciou nesta semana o pagamento de uma série de benefícios sociais que pretende colocar dinheiro na mão das famílias mais pobres do país, além de um auxílio de R\$ 1.000 para caminhoneiros e taxistas. Mas, na visão do diretor do FGV Social e fundador do Centro de Políticas Sociais (FGV Social/CPS), Marcelo Neri, essas medidas devem reduzir a pobreza apenas até o fim do ano, quando a maior parte das ações realizadas a partir da PEC das bondades diminui ou acaba.

Esse pacote tem boas e más notícias. As boas vêm na frente. As más vêm depois. Quando o auxílio entra, a pobreza cai. Mas, quando ele sai, gera um aumento de pobreza maior que a redução inicial. Vimos isso em março de 2021, quando a pobreza subiu para 71,9 milhões de pessoas depois de ter caído para 42 com o auxílio emergencial, diz Neri, que foi ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff.

Neri ganhou fama como um dos principais especialistas a identificar o fenômeno que ficou conhecido como ascensão da classe C.

Ele afirma, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), que a primeira edição do Auxílio Emergencial de R\$ 600 reduziu a população com renda até R\$ 497 em 23 milhões, entre março e agosto de 2020. Já a interrupção dele elevou a pobreza em 25 milhões de pessoas até janeiro de 2021. Para ele, o momento atual é de contenção, não de gastos.

Agora, seria o momento de uma grande poupança, não crédito. O que houve no começo de 2021 talvez seja trailer do que aconteça em 2023, afirma Neri sobre a PEC, que terá custo de R\$ 42,1 bilhões aos cofres públicos.

Em sua visão, essa injeção temporária de dinheiro no bolso dos brasileiros é uma montanha russa ruim, que causa instabilidade e é ainda pior para os mais pobres. Ele diz que oferecer crédito consignado de maneira inédita para pessoas que recebem benefícios sociais é

especialmente perigoso e faz uma analogia.

Pegar crédito é comparável a andar de bicicleta. Você começa com duas rodinhas, depois uma. Mas o que o governo está falando hoje (oferecendo o consignado) é para o povo descer a ladeira sem rodinhas sem nunca ter andado antes, afirma Neri.

Para o economista da FGV, não há dúvidas de que o pacote de bondades, como está sendo chamada a PEC, aquecerá a economia no fim do ano, que já é um período em que a população gasta mais por conta do 13º salário e trabalhos temporários.

Sua preocupação, no entanto, é como ficará a economia a partir de janeiro, sem todos esses estímulos e com parte da população mais pobre do país com um possível comprometimento do benefício social que recebe por conta do empréstimo consignado.

A gente vai ver uma redução na pobreza no próximo mês, mas depois que houver a normalização no início do ano haverá um novo retrocesso. A pobreza e a insegurança alimentar estão altas, mas não é criando crédito consignado que se resolve o problema, diz Neri.

O economista diz que as medidas de injeção de dinheiro tem caráter político e ajudam a trazer boas notícias antes da eleição. Mas a conta virá depois.

Primeiro, acontecerá uma queda nominal do benefício, de R\$ 600 para R\$ 400, agravada pela elevada **inflação** e acompanhada de um comprometimento da renda por conta do possível empréstimo consignado, explica.

Para ele, o governo deveria implantar um programa de distribuição de renda mais consistente, com um valor mais sustentável a longo prazo e que leve em conta o tamanho da família. Sem essa opção, o melhor, recomenda o especialista, é economizar para se preparar para o próximo ano.

O que a gente deveria fazer é um esforço de poupança e conscientizar a população de que dias

difíceis vêm pela frente e que é importante fazer um pé de meia. É importante gerar cautela na população para que ela possa suavizar seu padrão de consumo ao longo do tempo .

Veja quais são as principais medidas adotadas pelo governo federal para turbinar a economia até o fim do ano:

Aumento do Auxílio Brasil

O Auxílio Brasil é o principal benefício social do país - e foi instituído no lugar do Bolsa Família. O pagamento terá um reajuste de R\$ 200 a partir de agosto e vai até dezembro. A medida terá um custo extra para os cofres públicos de R\$ 26 bilhões.

Além disso, o governo ainda vai estender o benefício a 1,6 milhão de pessoas que estavam na fila, mas ainda não recebiam o Auxílio Brasil.

O argumento da gestão do presidente Bolsonaro é que o impacto da guerra na Ucrânia tirou o poder de compra das famílias e causou principalmente um aumento no custo dos alimentos, combustíveis e gás de cozinha. E que esses benefícios servirão para evitar que a população passe fome até que a economia se estabilize novamente.

Empréstimo consignado

Bancos de todo o país ainda poderão oferecer um empréstimo consignado para quem recebe o Auxílio Brasil.

A nova lei ainda aumenta para 45% o percentual que pode ser descontado de aposentados e pensionistas que fizerem empréstimos consignados. Para quem tem carteira assinada, o limite é de 40%.

A coordenadora do programa de serviços financeiros do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), Ione Amorim, defende que o governo deveria permitir que apenas os bancos públicos oferecessem esse tipo de crédito.

Essa é uma medida muito descabida dentro de uma situação onde o governo admite que ele concede uma renda que não supre a necessidade mínima dos beneficiados. Isso atrai a atenção para fazer um aceno aos bancos privados, que levarão vantagem. Essa renda vai fazer pouca diferença porque temos hoje uma **inflação** de dois dígitos e esse empréstimo vai aplicar uma taxa de juros a partir de 79%, o dobro do consignado dos **servidores públicos** do **INSS**, por exemplo , afirma Amorim.

A coordenadora do Idec alerta ainda para o aumento

do número de golpes e fraudes bancárias após a liberação do empréstimo.

Já há anúncios nos postes nas ruas antes mesmo da liberação do benefício. Vamos ver muita fraude e crédito sendo tomado sem autorização. Foi o que aconteceu em outubro de 2020, com liberação da margem de 5% extra para consignados , diz.

Auxílio Gás

O presidente Jair Bolsonaro aprovou o aumento do Auxílio Gás de R\$ 53, a cada dois meses, para R\$ 110. Hoje, 5,6 milhões de famílias são beneficiadas por esse programa.

A previsão é que a medida custe R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

O argumento usado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que foi o relator da PEC para aumentar o valor do auxílio, é de que o país enfrenta uma situação de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados .

A coordenadora do Idec diz que o pacote de bondades é um auxílio que chega a poucos meses da eleição e tem claramente um caráter político .

A gente vai ter um impacto nas contas públicas porque não tem contrapartida de onde esse dinheiro vai ser retirado. Foram anos de pandemia e a população sofreu várias consequências e só agora a gente vê esse projeto emergencial , diz.

Redução do ICMS

Além da PEC, foi aprovado um projeto de lei que limita em 17% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis, gás natural, transporte coletivo, energia elétrica e telecomunicações. O efeito prático é que essas reduções causam um efeito cascata e também fazem cair os preços em diversos outros setores, como o de alimentos.

Políticos de oposição, especialistas, gestores e organizações não-governamentais alegam, em geral, que o projeto não impede que os preços dos combustíveis continuem subindo e ainda compromete as finanças públicas de Estados e municípios.

Segundo o Ministro de Minas e Energia @ASachsida , a queda do ICMS (que reduziu os combustíveis) também trará mais benefícios para o povo.

Assim, teremos desconto significativo nos serviços

nacionais de telefonia a partir do próximo mês.
pic.twitter.com/2YRi9ZYfFT

Na última semana, Jair Bolsonaro (PL) anunciou que a medida levou a Petrobras a reduzir em R\$ 0,20 o preço do litro do diesel nas refinarias. A expectativa é que essa medida reduza o valor do frete em todo o Brasil e impacte em toda a cadeia de produtos transportados por rodovias no país, como alimentos e insumos industriais.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou que as contas de celular terão grandes descontos nos próximos meses, em uma publicação no Twitter.

A queda do ICMS (que reduziu os combustíveis) também trará mais benefícios para o povo. Assim, teremos desconto significativo nos serviços nacionais de telefonia a partir do próximo mês, afirmou na rede.

Bolsonaro pretende compensar os Estados zerando os **impostos** que incidem sobre o diesel e o gás até o fim do ano, além de zerar PIS/Cofins no mesmo período.

Caminhoneiros e taxistas

Todos os caminhoneiros cadastrados no Registro Nacional de Transportadores de Cargas receberão um auxílio de R\$ 1.000 até o fim de 2022. A medida foi estendida a cerca de 300 mil taxistas de todo o país.

A intenção também é compensar esses trabalhadores pelos recentes aumentos dos combustíveis.

O caminhoneiro Wallace Landim, conhecido como Chorão, é tido como um dos líderes da categoria e disse que esse auxílio de R\$ 1.000 não faria muita diferença para os trabalhadores de carga, mas que a redução de R\$ 0,20 no valor do diesel pode ser positiva se chegar às bombas.

Eu olho com cautela essa possibilidade de redução do preço. Mais de 20% do nosso diesel é importado por terceiros e existe uma escassez de diesel no mundo. Se o preço no Brasil não for lucrativo para os importadores, eles simplesmente não vão importar. Eles querem lucro e os caminhoneiros e os brasileiros são reféns desse sistema.

- Este texto foi publicado originalmente em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62472716>

Sabia que a BBC está também no Telegram?
Inscreva-se no canal

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube ?
Inscreva-se no nosso canal!

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/08/5027897-auxilio-pode-reduzir-pobreza-mas-conta-para-os-mais-pobres-vira-depois-alerta-economista.html>

Uma retaliação inaceitável (Editorial)

O governo ameaçou retaliar os Estados que buscarem fazer valer os termos da lei que o próprio governo impôs para reduzir o preço dos combustíveis. Depois de obrigá-los a arcar com perdas decorrentes da definição de um teto para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre bens essenciais, avançando frontalmente contra o pacto federativo, o Executivo parece surpreso com a cobrança dos governadores pela compensação financeira tal como foi prevista na legislação. Já são quatro os Estados que apelaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o abatimento de suas dívidas com a União em resposta à queda da arrecadação. O novo capítulo dessa guerra veio na forma de ofícios enviados pelo Tesouro Nacional.

Como revelou o Estadão, Alagoas, Maranhão e Piauí foram informados de que poderão ter a capacidade de pagamento reclassificada "em decorrência da declaração, no âmbito de processo judicial, de dificuldades financeiras" - como se o Tesouro não estivesse ciente de que esses problemas foram criados pelo próprio governo federal.

O rebaixamento da nota de crédito impediria os Estados de tomarem financiamentos com garantia da União e bloquearia o recebimento de repasses financeiros oriundos de fundos constitucionais.

Mais do que uma represália, no entanto, a atitude do Tesouro é uma coação e visa a dissuadir outros governadores de tomarem a mesma atitude, haja vista a receptividade que as primeiras liminares tiveram no Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto os Estados buscam o ressarcimento imediato das perdas que superarem 5% de sua arrecadação, a União quer aguardar o fechamento do ano para comparar as receitas auferidas em 2022 com as de 2021 para só então definir quem deve ser indenizado. Até lá, os Estados que se virem para manter, sob as mesmas bases, ainda que sem as mesmas receitas, serviços de saúde, educação e segurança pública, áreas que afetam diretamente a qualidade de vida da população.

Como disse o secretário de Fazenda do Piauí, Antônio Luiz Santos, seria o mesmo que "esperar o paciente entrar na UTI para depois salvá-lo, em vez de tratar logo no começo da enfermidade".

Ao que tudo indica - e o envio de ofícios em tom intimidatório apenas reforça esse entendimento -, a União perderá a disputa e busca apenas ganhar tempo. Este jornal já criticou, neste espaço, a

conivência do STF com alguns Estados, sobretudo os mais endividados. Há alguns anos, alegando a existência de graves problemas financeiros, governadores receberam aval para dar calote nas dívidas com a União ao mesmo tempo que anunciavam reajustes salariais para **servidores públicos** e que concediam benefícios fiscais. Há, no entanto, uma enorme diferença entre essas situações do passado e a crise atual. Desta vez, não foram os Estados que agiram de forma inconsequente sem zelar pelas contas públicas.

Foi a União que depenou as receitas dos Estados em nome dos interesses eleitorais do presidente Jair Bolsonaro e de sua obsessão com o preço dos combustíveis.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto de reeleição

**NATÁLIA PORTINARI, JUSSARA SOARES E MANOEL
VENTURA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estados triplicam investimentos com alta da arrecadação

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

OAB divulga nota em defesa da democracia

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou ontem nota em defesa da democracia. "O Brasil conta com a OAB para zelar pelo respeito à Constituição, afastando os riscos de rupturas democráticas e com a preservação das instituições e dos poderes da República", afirma o texto. A entidade é uma das organizações fiscalizadoras das eleições cadastradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral. O presidente da OAB, Beto Simionetti, reiterou o respeito às demais manifestações já divulgadas, como a organizada pela Faculdade de Direito da USP e a da Fiesp.

Mesário: expira prazo para pedir dispensa

O prazo para os convocados ao trabalho de mesário nas eleições pedirem dispensa da função terminou ontem. O Código Eleitoral determina que eles têm no máximo cinco dias, a partir da convocação, para explicar a razão pela qual não poderão exercer a atividade, por meio de um pedido de dispensa ao juiz da zona eleitoral onde estão inscritos. Segundo o Código Eleitoral, o mesário que faltar sem justificativa poderá receber multa e, no caso de **servidores públicos**, receber suspensão por até 15 dias. Eleitores que querem exercer a função podem se voluntariar para apoio logístico.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10425>

Petro propõe reforma tributária em 1º dia de governo na Colômbia

Um dia após ser empossado na Colômbia, o presidente Gustavo Petro apresentou nesta segunda-feira (8) ao Congresso um projeto de **reforma tributária** que estima a arrecadação de 25 trilhões de pesos (R\$ 29 bilhões) já no próximo ano, para financiar políticas de combate à pobreza.

O novo ministro da Fazenda, José Antonio Ocampo, um acadêmico de Harvard e Yale escolhido pelo esquerdista em um aceno ao mercado, disse que nos próximos anos a medida poderia atrair o equivalente a R\$ 58,9 bilhões anualmente para os cofres públicos.

A reforma aumentaria **impostos** para cidadãos com renda mensal superior a 10 milhões de pesos colombianos (cerca de R\$ 12mil). "Os maiores aumentos atingiriam 34 mil pessoas, os ultraprivilegiados", disse o ministro.

Também aumentaria a tributação sobre exportações de carvão, petróleo e ouro, parte de uma agenda de combate à emergência climática.

Segundo Ocampo, o aumento da arrecadação em 2023, equivalente a 1,7% do **PIB** do país, seria usado para catalisar programas sociais, como projetos de combate à fome, e financiar a Previdência e o investimento em universidades públicas.

O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, parabenizou Petro na noite de domingo (7) por sua posse. Ele reiterou a disposição de retomar as relações diplomáticas, rompidas na gestão Duque. Está entre as prioridades da diplomacia de Petro deixar de reconhecer Juan Guaidó como presidente e reabrir postos de fronteira e embaixadas.

"Que ganhe Lula" Gustavo Petro presidente da Colômbia, ao ser questionado pela Folha sobre as expectativas para as eleições no Brasil

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

98

Na Colômbia, projeto de Petro propõe elevar impostos de ricos

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil de 2023 terá herança maldita em todas as áreas das políticas públicas, diz economista

Por g1

Após o lançamento das cartas em defesa da democracia, um grupo de cientistas políticos soma ao documento um conjunto de ideias para o próximo governo lidar com a economia brasileira que, segundo Bernard Appy, terá pela frente um contexto desafiador.

Nesse momento tem uma herança maldita: tem uma série de áreas das políticas públicas que foram literalmente desmontadas na área ambiental, na saúde, na área de educação, que teve um retrocesso na gestão federal da política nos últimos anos. E aí tem, obviamente, toda essa flexibilização da política fiscal, não apenas no teto dos gastos, mas também através de uma série de medidas temporárias que se encerram em 31 de dezembro desse ano.

Intitulado "Contribuições para um Governo Democrático e Progressista", o texto assinado por Bernardo Appy apresenta as propostas elaboradas por um grupo composto pelo cientista político Sérgio Fausto, pelo jurista Carlos Ari Sundfeld, pelo cientista político Marcelo Medeiros e pelos economistas Pérsio Arida, Francisco Gaetani.

Para o diretor do Centro de Cidadania Fiscal, é necessária uma política fiscal de transição para os próximos 4 anos, em que o excedente ao teto seja 1% do **PIB**, focalizado exclusivamente em políticas de distribuição de renda e em investimentos em ciência e proteção ambiental.

Appy ainda enfatiza a necessidade de que uma **reforma tributária** a partir de 2023 leve em consideração a inclusão dos trabalhadores informais. E explica por que o documento será entregue a todos os candidatos à Presidência, exceção feita a Jair Bolsonaro: "A defesa do Estado democrático de direito é pressuposto básico

Ouçã a entrevista completa no podcast O Assunto.

Episódios anteriores

Eleições em MG: Enquanto Lula se aproxima de Kalil, Bolsonaro faz de tudo por apoio de Zema, avalia

Bruno Carazza Viver não é tão importante. O importante é a comédia : biógrafo de Jô Soares revela uma de suas últimas frases

Site: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/08/09/brasil-de-2023-tera-heranca-maldita-em-todas-as-areas-das-politicas-publicas-diz-economista.ghtml>

ICMS: entenda o imposto mais importante para os cofres dos estados

Por g1

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias ou Serviços (ICMS) voltou ao centro do debate econômico depois que o presidente Jair Bolsonaro sancionou um projeto que limita a cobrança do tributo sobre combustíveis, energia elétrica e transporte coletivo.

O imposto é cobrado nas operações com circulação de mercadorias, sobretudo nas áreas de transporte e comunicação e se transformou no principal tributário arrecadatório dos estados. Ou seja, o consumidor pago pelo tributo em toda as compras: num saco de arroz, ao encher o tanque com gasolina e numa passagem de ônibus.

O ICMS está na origem da chamada guerra fiscal. Cada estado tem uma legislação própria, o que torna difícil até identificar qual é o peso do tributo que incide sobre as mercadorias e sobre os serviços.

ICMS sobre combustíveis representa 14,7% da arrecadação dos estados. Relembra: Com disparada do preço de energia e combustível, ICMS entra na mira de União e Congresso Nacional; entenda

Entenda mais abaixo sobre o tributo

Peso do ICMS

No acumulado de 12 meses até abril deste ano, o ICMS representou mais da metade de toda a receita dos estados, de acordo com dados da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Nesse período, a receita dos 26 estados e do Distrito Federal somou R\$ 1,305 trilhão. Desse montante, R\$ 690,4 bilhões foram arrecadados via o tributo.

Ele (o ICMS) é praticamente o sangue e o pão dos estados do Distrito Federal, afirma Thiago Buschinelli Sorrentino, pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV Direito SP.

O peso do tributo nas contas estaduais ajuda a entender o embate que existiu entre os governadores e a União com o projeto que limitou a alíquota de ICMS 17% a 18% sobre combustíveis, energia elétrica e transporte coletivo. Em alguns estados, ela passava

de 30% - e a sua redução pode impactar os cofres locais.

Origem do tributo

O modelo atual do tributo foi desenhado na Constituição de 1988.

Antes, era chamado de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Mas os constituintes acrescentaram a letra S e ampliaram o escopo do imposto, que passou a se chamar ICMS.

A Constituição de 1988 também deu aos governadores o poder de concederem benefícios tributários. Não cabia mais à União oferecer incentivos fiscais para **impostos** municipais e estaduais.

Legislação própria e guerra fiscal

Na prática, os estados passaram, então, a ter uma legislação própria para o ICMS. Com regras próprias em cada local, o tributo se tornou o centro da guerra fiscal. Para atrair empresas e, assim, criar mais empregos, muitos governadores reduzem a alíquota do imposto.

Como é um tributo que pode ser arrecadado pelos estados e pelo Distrito Federal, há um espaço de embate entre eles para tentar atrair para os seus territórios um maior número de empresas para gerar empregos e riqueza", afirma Sorrentino.

O nó do tributo

Com o emaranhado de regras em vários estados, os especialistas dizem que é difícil saber até mesmo qual é o peso do ICMS nos produtos.

O imposto também é não cumulativo. Ou seja, ele tem débitos e créditos ao longo de toda a cadeia e, portanto, permite que a alíquota paga possa ser abatida em outras etapas.

Um exemplo hipotético:

Uma empresa do Ceará com incentivo fiscal vende um produto para uma companhia de São Paulo; A nota fiscal a ser emitida pela companhia do Ceará vai contemplar a alíquota cheia do ICMS - mesmo que a

empresa tenha incentivos que reduzam a carga efetiva do tributo a ser paga; A empresa de São Paulo terá direito a se creditar de um ICMS que, de fato, não foi recolhido no Ceará.

O que um estado faz em algum lugar ecoa no outro estado, afirma Maria Carolina Gontijo, professora do Insper

Reforma não avançou

Resolver a guerra fiscal envolve um amplo acordo entre todos os governadores, mas qualquer mudança sempre esbarra no medo de perda de arrecadação.

O país teve a oportunidade de resolver isso na Constituição de 88. Mas, naquela época, o problema é o mesmo que temos agora. Muita gente que não entra num acordo porque pode envolver algum tipo de queda na arrecadação, afirma Maria Carolina.

Na atual legislatura, o Congresso chegou a discutir propostas de **reforma tributária** com o objetivo de simplificar a cobrança de **impostos** do país, inclusive alterando o ICMS.

No Senado, por exemplo, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) pretendia criar dois **impostos** para unificar **tributos** federais, estaduais e municipais que incidem principalmente sobre o consumo e bens e serviços (ICMS, ISS, PIS e Cofins).

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/09/icms-entenda-o-imposto-mais-importante-para-os-cofres-dos-estados.ghtml>

The image shows a screenshot of a G1 news article. The main headline is "ICMS: entenda o imposto mais importante para os cofres dos estados". Below the headline, there is a sub-headline: "Como funciona o imposto de circulação de mercadorias, quem paga e como ele é repassado para os estados". The article text is partially visible, discussing the ICMS as a tax on the circulation of goods. There are several small images and graphics interspersed throughout the text, including a photo of a person and a graphic showing a list of items. The layout is typical of a news website, with a clear hierarchy of information from the headline down to the main text and related content.

Bastidores da luta econômica

Por Míriam Leitão

O Auxílio Brasil que começa a ser pago hoje só poderá continuar a ter esse valor se a **reforma tributária** for aprovada. É isso que se ouve dentro da equipe econômica. Essa reforma, segundo eles, traria os recursos para financiar o benefício e a atualização da tabela do Imposto de Renda. A explicação que é dada por integrantes do governo é que o presidente Bolsonaro disse que manteria o benefício apenas porque o ex-presidente Lula teria dito a mesma coisa, mas que do ponto de vista fiscal é preciso garantir essa fonte.

Um dos pontos mais polêmicos da artilharia pesada que o governo está usando para tentar virar o voto a seu favor é a possibilidade de se endividar com base nesse auxílio. Isso porque o consignado em outras fontes de renda tem limite de juros. Os muito pobres se endividarão sem que haja teto de juros.

LEIA MAIS: Bolsonaro pede para banqueiros reduzirem juro de consignado para beneficiários de programas sociais

Essa questão chegou a ser discutida internamente, com os economistas tendo noção do risco do que isso significava. Uma fonte admitiu que isso pode causar "uma bola de neve". Mesmo assim, com a proximidade das eleições, a discussão acabou com a vitória dos ministros políticos que diziam que o presidente não poderia vetar essa proposta.

- É o imperativo do voto, são milhões de pessoas, o presidente não poderia vetar. Imagina a manchete amanhã se o presidente impede isso? - me explicou um participante da reunião. O detalhe é que a proposta nasceu do Executivo em uma Medida Provisória.

Todos os economistas que ouvimos dizem que é de enorme temeridade deixar os muito pobres se endividarem numa conjuntura como essa e sem qualquer limite de juros. Mas dentro do governo a resposta que ouvi é que o "presidente pedirá que os bancos usem essa ferramenta com moderação". Na verdade, os bancos não querem participar. Os empréstimos estão sendo oferecidos por correspondentes bancários e financeiras.

Recusa dos bancos: O Bradesco não vai operar nessa carteira. São pessoas vulneráveis, diz Lazari sobre consignado com Auxílio Brasil

A Anefac informa que outras categorias de empréstimo consignado têm limite de juros. Servidor público, 2,05% ao mês, aposentados e pensionistas, 2,14%. Há limite também para quem recebe o BPC. Mas para os beneficiários do Auxílio Brasil o crédito que está sendo oferecido é de quase 5% ao mês, o que dá 80% ao ano.

- O conceito do consignado sempre foi o de haver uma garantia, o salário do servidor, o benefício do aposentado, a renda vitalícia do BPC. Mesmo assim, tem havido problema de muito endividamento. Com o Auxílio é diferente, não é salário, nem aposentadoria, os juros não têm limite e ele não foi regulado com o limite - explica o economista Andre Storfer, da Anefac.

Esse é o risco, que o céu é o limite para esses juros, e os pobres estarão expostos à exploração. No governo não se dá qualquer garantia de que haverá regulamentação que proteja os muitos pobres desses juros ilimitados.

Começa agora a melhor chance de o presidente Jair Bolsonaro tentar virar os votos por sensação de melhora econômica, pela queda da **inflação** e pelo dinheiro na mão das pessoas, do aumento do Auxílio e da possibilidade de endividamento. Hoje será divulgada a **inflação** de julho, que foi negativa. Uma deflação que pode ficar entre 0,60% e 0,80%. Em grande parte, isso é resultado de medidas artificiais como a zeragem dos **impostos** federais e a imposição do teto do ICMS sobre combustíveis e energia. Os dados devem mostrar que o grupo alimentação continua tendo alta de preços.

O governo federal deixará de arrecadar R\$ 30 bilhões em seis meses, ao levar a zero o PIS, Cofins e a Cide da gasolina e do diesel. Mas dentro da equipe econômica a tese é de que isso não é subsídio e que eles brigaram muito para evitar o pior. A ideia defendida por vários ministros liderados pelo chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, era que o Tesouro pagasse à Petrobras pela diferença entre o que o consumidor pagaria e o preço real do produto. Isso poderia superar R\$ 120 bilhões de subsídios. Realmente seria ainda pior, mas, na prática, do ponto de vista orçamentário, sair do Tesouro ou não entrar no Tesouro dá no mesmo. Os integrantes do governo alegam que "redução de **impostos** elimina distorções". Não é verdade quando o produto beneficiado é combustível fóssil que tem o que os economistas chamam de "externalidade negativa".

A economia internacional pode ajudar o governo Bolsonaro. O temor de recessão está derrubando preços do petróleo e de outras commodities, inclusive agrícolas.

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2022/08/bastidores-da-luta-economica.ghtml>

Menu O GLOBO Miriam Leitão ASSINE Q Buscar Entrar

Blog / Miriam Leitão

Miriam Leitão
Coluna sobre política econômica e suas relações com Brasil e no mundo

Bastidores da luta econômica

Equipe econômica sabe dos riscos do endividamento no Auxílio Brasil, mas pesou a vontade política. Alta do benefício em 2023 é condicionada à reforma do IR

Por Miriam Leitão
19/08/2022 09:11 | Atualizado em 09/08/2022



O Auxílio Brasil que começa a ser pago hoje se poderá continuar a ter esse valor se a reforma tributária for aprovada. É isso que se ouviu dentro da equipe econômica. Essa reforma, segundo eles, trata os recursos para financiar o benefício e a atualização da tabela do Imposto de Renda. A explicação que é dada por integrantes do governo é que o presidente Bolsonaro disse que manteria o benefício apenas porque o ex-presidente Lula teria dito a mesma coisa, mas que do ponto de vista fiscal é preciso garantir essa fonte.

Um dos pontos mais polêmicos da artilharia pesada que o governo está usando para tentar virar o voto a seu favor é a possibilidade de se endividar com base nesse auxílio. Isso porque o consignado em outras fontes de renda tem limite de juros. Os muito pobres se endividariam sem que haja teto de juros.

LEIA MAIS: Bolsonaro pede para banqueiros reduzirem juro de consignado para beneficiários de programas sociais

Essa questão chegou a ser discutida internamente, com os economistas tendo noção do risco de que isso significava. Uma fonte admitiu que isso pode causar "uma bola de neve". Mesmo assim, com a proximidade das eleições, a discussão acabou com a vitória dos ministros políticos que dizem que o presidente não poderia vetar essa proposta.

— É o imperativo do voto, são milhões de pessoas, o presidente não poderia vetar. Imagina a manchete amanhã se o presidente impede isso? — me explicou um participante da reunião. O detalhe é que a proposta nasceu do Executivo em uma Medida Provisória.

Todos os economistas que se quiseram falar que é de enorme temeridade deixar os muito pobres se endividarem mais facilmente com essa e sem qualquer limite de juros. Mas dentro do governo a resposta que ouvi é que o "presidente pedirá que os bancos usem essa ferramenta com moderação". Na verdade, os bancos não querem participar. Os suspensivos estão sendo oferecidos por correspondentes bancários e financeiros.

Recusa dos bancos: 'O Bradesco não vai operar nessa carteira. São pessoas vulneráveis', diz Lazari sobre consignado com Auxílio Brasil

A Anefac informa que outras categorias de empréstimo consignado têm limite de juros. Servidor público, 2,03% ao mês, aposentados e pensionistas, 2,14%. Há limite também para quem recebe o BPC. Mas para os beneficiários do Auxílio Brasil o crédito que está sendo oferecido é de quase 7% ao mês, o que dá 80% ao ano.

— O conceito do consignado sempre foi o de haver uma garantia, o salário do servidor, o benefício do aposentado, a renda vitalícia do BPC. Mesmo assim, tem havido problema de muito endividamento. Com o Auxílio é diferente, não é salário, não é aposentadoria, os juros não têm limite e ele não foi regulado com o limite — explica o economista André Storfer, da Anefac.

Essa é o risco, que o teto é o limite para esses juros, e os pobres estarão expostos à exploração. No governo não se dá qualquer garantia de que haverá regulamentação que proteja os muitos pobres desses juros ilimitados.

Começa agora a melhor chance de o presidente Jair Bolsonaro tentar virar os votos por concessão de medidas econômicas, pela queda da inflação e pelo dinheiro na mão das pessoas, do aumento do Auxílio e da possibilidade de endividamento. Hoje será divulgada a inflação de julho, que foi negativa. Uma deflação que pode ficar entre 0,50% e 0,80%. Em grande parte, isso é resultado de medidas artificiais como a congelagem dos impostos federais e a imposição do teto do ICMS sobre combustíveis e energia. Os dados devem mostrar que o grupo alimentação continua tendo alta de preços.

O governo federal deturpa de arrecadar R\$ 30 bilhões em seis meses, ao levar a zero o PIS, Cofins e a Cide da gasolina e do diesel. Mas dentro da equipe econômica a tese é de que isso não é subsídio e que eles brigaram muito para evitar o pior. A ideia defendida por vários ministros liderados pelo chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, era que o Tesouro pagasse à Petrobras pela diferença entre o que o consumidor pagaria e o preço real do produto. Isso poderia superar R\$ 120 bilhões de subsídios. Realmente seria ainda pior, mas, na prática, do ponto de vista argumentário, sair do Tesouro ou não entrar no Tesouro dá no mesmo. Os integrantes do governo alegam que "redução de impostos elimina distorções". Não é verdade quando o produto beneficiado é combustível fóssil que tem o que os economistas chamam de "externalidade negativa".

A economia internacional pode ajudar o governo Bolsonaro. O temor de recessão está derrubando preços do petróleo e de outras commodities, inclusive agrícolas.

Com Alvaro Gelber (de São Paulo)

Diferencie-se.
Leia O GLOBO.
EU QUERO
Já possui conta? [Login aqui](#)

Você ganhou **3 meses GRÁTIS**

Salvem os ricos (Artigo)



CRISTOVAM BUARQUE - Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Comissão Internacional da Unesco para o Futuro da Educação

Antes de adquirirem seus privilégios de consumo, os ricos e as classes médias dos países desenvolvidos enriqueceram a sociedade onde viviam. Enriqueceram, desempobrecendo o país. Puderam ser ricos depois de distribuírem renda e os serviços básicos à população.

Para isso, investiram em educação, ciência, tecnologia, inovação, competitividade para aumentar a produtividade e a renda per capita. No Brasil, desde seu início, a elite preferiu adquirir privilégios concentrando renda, sem esperar aumento na produtividade e na renda social. Escolheu o caminho de concentrar a pouca renda de muitos para dar renda elevada a poucos: a riqueza com pobreza.

Graças a essa concentração, apesar da baixa renda per capita do país, nossa minoria rica sempre teve padrões de consumo e de serviços superiores às elites dos países desenvolvidos. Dispõem de moradias luxuosas, em áreas urbanizadas com recursos negados aos pobres, que vivem sem água, nem tratamento de esgoto. Os filhos estudam em escolas especiais, a custos que vão até 30 vezes mais do que os gastos do setor público com as crianças pobres.

A riqueza brasileira foi construída sobre a pobreza, da mesma forma que até 1888 era sobre a escravidão, substituída pela apartação.

Para manter a opção de formar riqueza concentrando renda, o Brasil precisou manter sua sociedade dividida: de um lado os ricos, quase sempre brancos, de outro, os pobres separados por muros, catracas, crachás, contas bancárias. Sobretudo em escolas separadas, para perpetuar o vicioso círculo da pobreza que passa de pai para filho. Essa opção não dura para sempre. A desigualdade já obriga os ricos brasileiros a morarem fora do Brasil - verdadeiro ou no exterior.

A minoria privilegiada brasileira está tão viciada em seus padrões de vida que não adianta pedir-lhe sacrifícios para melhorar a vida dos mais pobres. Ao contrário, cada vez que fica difícil manter a desigualdade, no lugar de distribuir, opta por concentrar mais. Para se proteger, prefere a prisão de ouro dos condomínios fechados, no lugar de pagar mais **impostos** para colocar saneamento nos bairros; escolhe gastar fortunas em escolas privadas dos filhos, em vez de apoiar a implantação de um sistema público gratuito para todos; aceita ficar horas presos no trânsito, a financiar e usar transporte público de qualidade. Adora andar de metrô na Europa, mas aqui investe na infraestrutura viária para seguir nos carros privados com vidro fumê.

É preciso ajudar os ricos para que não se afoguem no excesso de riqueza. Ajudá-los a salvar seus filhos isolados do Brasil em condomínios fechados, escolas especiais, shoppings comerciais, mentes egoístas e imediatistas; dependendo de seguranças ou obrigando-os a emigrar para o exterior, perdendo o país deles. A maneira de salvar os ricos é elevar as condições educacionais de todas as crianças e com isso aumentar a produtividade para gerar renda social elevada e distribuí-la, conforme o talento e o esforço de cada pessoa.

Ajudar os ricos é convencê-los de que, com menos privilégios exclusivos, poderiam viver melhor em um país educado e com boa distribuição de renda: uma riqueza sem pobreza no lugar da atual riqueza graças à pobreza. Não precisarão viver confinados, nem emigrar. Ajudar os ricos é convencê-los de que escola de qualidade apenas para seus filhos não enriquece o país, porque cada cérebro sacrificado é um capital perdido para todos os brasileiros. A salvação dos ricos exige elevar a renda social graças ao aumento da produtividade na economia e distribuí-la com justiça.

O caminho é educação de base para todos.

O vício da elite, ao longo dos 500 anos de escravidão, desenvolvimentismo, império, república, democracia e ditadura impedem entender que a distribuição de renda e o investimento em educação, saúde, transporte público elevariam a qualidade de vida dos próprios ricos. A elite não será convertida, moral ou politicamente, a perder privilégios que há séculos a viciou e cegou.

Prefere o suicídio, naufragando nas ruínas sociais de um país mergulhado na pobreza e na injustiça, para manter a insustentável riqueza que deslumbra no presente, mas asfixia o presente.

É preciso ajudar os ricos a serem egoístas-inteligentes, buscarem sustentabilidade para a riqueza, fazendo-os perceberem que serão mais ricos na proporção que a pobreza diminui.

De mãos dadas com o futuro (Artigo)

MÁRCIO LOPES DE FREITAS - Presidente do Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

O cooperativismo é o modelo de negócios do futuro. Essa frase pode até parecer clichê, mas sua mensagem é real. O mercado está cada vez mais atento e em busca de uma economia de propósito, que se estrutura na filosofia da união de pessoas, atende às necessidades do coletivo e promove a autonomia de seus associados. E as cooperativas são o melhor exemplo de que, unidos por um propósito, podemos transformar o mundo em que vivemos em um lugar mais justo, inclusivo e próspero.

Os números do setor provam cada vez mais essa realidade. Divulgado pelo Sistema OCB no dia 29 de julho, o Anuário Coop 2022 - Dados do Cooperativismo Brasileiro mostra que, novamente, o movimento registrou crescimento significativo mesmo com todos os desafios impostos pela crise sanitária causada pela covid-19.

Já somos 18,8 milhões de cooperados distribuídos em 4.880 cooperativas, localizadas em todas as regiões do país, percentual 10% superior ao medido no período anterior.

Esses 18,8 milhões representam 8% da população brasileira, o que expressa a base sólida do movimento cooperativista e o quanto nosso modelo de negócios tem sido cada vez mais procurado pela população. A preocupação com a comunidade, o compartilhamento de interesses mútuos, a transparência nas ações de gestão e governança e a valorização dos aspectos sociais, entre outros princípios que guiam as nossas cooperativas, demonstram que somos cada vez mais essenciais na nova economia.

E não é só no número de cooperados que o movimento se destaca. Os indicadores financeiros também comprovam a solidez e o avanço do setor. Em 2021, nossos ingressos subiram para R\$ 525 bilhões, 26% a mais do que em 2020. Em dois anos, esse crescimento foi de 70%. Além disso, a distribuição das sobras do exercício somou R\$ 36,7 bilhões, 60% a mais do que em 2020 e 148% no acumulado de dois anos.

A geração de empregos diretos é outro destaque do movimento. Em 2021, o número de postos de trabalho nas cooperativas brasileiras chegou a 493,3 mil, com evolução de 8,4% em relação ao período anterior. No acumulado de dois anos, nossas cooperativas

incorporaram 15,4% a mais de trabalhadores, um resultado que não podemos deixar de exaltar, principalmente se considerarmos a crise econômica que o país vem enfrentando.

Além disso, registramos aumento na participação feminina. As mulheres já são 49% dos cooperados e ocupam 20% dos cargos de liderança.

A solidez e a capacidade de adaptação às mais diversas situações das cooperativas é, com certeza, uma das razões que explicam os dados positivos do Anuário e nos dão a certeza de que o movimento continuará crescendo, sendo cada vez mais percebido pela sociedade e incorporado como o modelo de negócios do futuro.

É nos momentos de crise que o cooperativismo consegue mostrar ainda mais a sua força e comprovar que seus ideais são plenamente compatíveis com as exigências que o mercado impõe constantemente.

Para ilustrar essa capacidade de adaptação, temos outro dado significativo.

No Brasil, 70% das empresas fecham suas portas antes mesmo de completarem 10 anos de atuação. No cooperativismo isso também é diferente.

Mais de 2,5 mil cooperativas estão no mercado há mais de 20 anos e 597 delas possuem mais de 40 anos de existência.

Para quem já faz parte desse movimento, nada disso é novidade. Mas é sempre importante reforçar que o cooperativismo vai muito além de um simples modelo econômico. Ele representa um jeito diferente de pensar, de viver e de fazer negócio, que direciona nossas ações tanto na vida pessoal quanto profissional. É um movimento baseado em princípios, com perenidade. Seu valor não se limita ao reconhecimento como organização com diferenciais e vantagens competitivas. Ele está nas pessoas, na proximidade, no relacionamento e na busca da prosperidade para todos os envolvidos diretamente em suas atividades, assim como para as comunidades ao seu redor. É olhando juntos para a mesma direção que conseguimos as maiores conquistas.

E é com esse objetivo que o cooperativismo vai continuar desenvolvendo suas ações em prol de um país cada vez melhor.

Governo estuda nova âncora fiscal inspirada em metas de inflação

ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O Ministério da Economia está desenhando um modelo de meta para a dívida pública com banda de flutuação para cima ou para baixo, inspirado no sistema de metas de **inflação** adotado há 23 anos pelo Banco Central (BC) para definir a política de juros.

Uma das propostas testadas é um alvo para a dívida entre 60% e 70% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com margem de tolerância de cinco pontos percentuais para mais ou para menos, segundo apurou o Estadão. Por exemplo: se a meta for de 65% do **PIB**, o governo cumpriria a meta se levasse a dívida para o intervalo entre 60% e 70%. Hoje, a dívida está em 78,2% do **PIB** - no melhor momento, em dezembro de 2011, chegou a 51,3%.

Não há, porém, nenhum número fechado. Dependendo do nível da dívida e da sua trajetória, o sistema de bandas permitiria aumentar as despesas acima da **inflação** desde que garantida a continuidade da queda do endividamento.

Se a dívida estiver subindo, o governo teria de voltar a corrigir as despesas.

Os técnicos da equipe econômica pretendem apresentar o resultado das simulações em reunião no início da semana que vem. O modelo faz parte da regulamentação de emenda constitucional promulgada em março de 2021 que garantiu a prorrogação do auxílio emergencial.

A emenda introduz uma meta para a dívida pública no arcabouço das regras fiscais, mas, passado mais de um ano, ainda não foi regulamentada. A expectativa da área econômica é de que o projeto de regulamentação seja discutido pelo Congresso na janela de votações depois das eleições.

A ideia dos técnicos é que a dívida pública passe a ser a principal âncora da política fiscal brasileira.

Hoje, esse papel é do teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

EMERGENTES.

A proporção de 60% do **PIB** costuma ser referência para economias emergentes, como o Brasil. A previsão do governo é de que a dívida bruta em 2022 seja em torno de 78% do **PIB**. Em 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19, a dívida bruta subiu para 88,6% do **PIB**.

Na época, analistas chegaram a prever que o endividamento público poderia chegar a 100%, o que não aconteceu.

Como mostrou o Estadão em meados de julho, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, discute mudanças no teto com a possibilidade de garantir um aumento real das despesas primárias (acima da **inflação**).

Um dos números em estudo era de 1,5% do **PIB**. Esse número pode subir a depender do **PIB**.

A "regra de bolso" a ser aplicada é a de que o ajuste do teto para acomodar mais benefícios sociais e investimentos não pode ser maior do que a expansão do **PIB**. Para 2022, o governo prevê alta do **PIB** de 2%. Para 2023, a estimativa chega a 2,5%, cenário que destoaria do mercado financeiro, que projeta uma desaceleração para 0,4%.

A regulamentação da meta para a dívida é discutida com o ajuste no teto. Os técnicos do Ministério da Economia na área fiscal defendem a permanência de uma regra de controle das despesas aliada à meta para a dívida.

BANDAS.

Um integrante da equipe econômica disse ao Estadão que a vantagem é que a própria emenda diz que a lei complementar pode autorizar a aplicação dos mesmos gatilhos (medidas de corte de despesas) já previstos, como o congelamento de salários dos servidores e cortes de benefícios fiscais. Esses gatilhos poderão ser acionados para colocar a dívida na meta.

Num primeiro estágio de cenário de endividamento e rombo nas contas públicas crescentes (o pior cenário), o governo teria de fazer cortes nas despesas, e os gatilhos poderiam ser usados como variável de ajustes finos ao longo do tempo.

Num segundo estágio de cenário, de dívida caindo e pequeno déficit ou superávit, as bandas poderiam permitir usar um "pedaço" do crescimento do **PIB** para aumentar as despesas. A receita estaria crescendo mais do que a despesa ao longo do tempo, e a dívida continuaria na trajetória de convergência para a meta.

Já num terceiro cenário, de superávit nominal (que inclui o pagamento de juros da dívida) e trajetória de queda da dívida, o governo poderia reduzir os **impostos** mais rapidamente.

Analista do Senado e especialista em contas públicas, Leonardo Ribeiro considera uma estratégia positiva e alinhada a boas práticas internacionais a substituição do teto de gastos, regra de despesas, por uma âncora fiscal balizada pela dívida pública.

"Há transações que não necessariamente passam pelo Orçamento e afetam a dívida pública, como capitalização de bancos públicos com títulos de dívida e mesmo a postergação do pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União)", afirma. "O teto de gastos tem várias exceções, é mais fácil de driblar. Já uma regra de dívida é mais abrangente e mais diretamente ligada à sustentabilidade da dívida." Ele questiona, porém, estipular uma banda de flutuação.

Já o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, avalia que a manutenção do teto atual seria mais prudente, com alguns ajustes para acomodar despesas permanentes já anunciadas, como a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600. "Como ainda estamos num nível de endividamento muito alto, você não pode só apostar em aumento de receitas; precisa ter um controle de despesas que seja próximo à **inflação**, que acaba sendo um instrumento para chegar na meta de dívida", diz.

A carga sobre o **PIB**

51,3% do **PIB** era a dívida bruta do governo em dezembro de 2011

88,6% foi o percentual em dezembro de 2020, o mais alto desde dezembro de 2011

80,3% foi para quanto caiu o peso da dívida sobre o **PIB** em dezembro de 2021

78,2% foi o percentual de maio de 2022, que confirmou uma trajetória de queda desde dezembro de 2020

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

É bem-vinda a nova legislação contra aquecimento global aprovada nos EUA (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arrecadação vai desacelerar em 2023, diz economista

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Proposta prevê flexibilização do teto de gastos

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Senado corre para votar projetos importantes

Vandson Lima e Renan Truffi De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Pacote democrata afeta tributação de empresas nos EUA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=1§ion=1

Por que Lei de Redução da Inflação importa (Artigo)

Joseph Stiglitz

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=6§ion=2

"Copom quer evitar aperto excessivo na economia"

Lucinda Pinto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187296?page=6§ion=2

Pobreza se espalha pelas metrópoles



isadora albernaz*

Um estudo divulgado ontem revelou que cerca de 23% da população brasileira que vivia em metrópoles, em 2021, se encontrava em situação de pobreza. O número, que representa quase 20 milhões de pessoas, é o maior da série histórica desde 2012. Outra estatística que também registrou recorde durante o período foi a de indivíduos na faixa de extrema pobreza. De acordo com a pesquisa, mais de 5 milhões de brasileiros, o que corresponde a 6,3% dos residentes dos grandes centros urbanos, estavam entre a parcela mais vulnerável da população.

Os dados são resultados de um trabalho feito em colaboração por três instituições nacionais - o Observatório das Metrópoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL) - e foram compilados no nono boletim Desigualdade nas Metrópoles.

Para as análises, foram utilizadas estatísticas anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 20 Regiões Metropolitanas entre os anos de 2012 e 2021. Segundo o boletim, uma das vantagens da Pnad é que ela traz informações de outras fontes de renda mensal per capita das famílias brasileiras, para além dos rendimentos de empregos, como auxílios de programas sociais, aposentadoria, seguro-desemprego, entre outros. Atualmente, quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das regiões metropolitanas do país.

Segundo o professor Andre Ricardo Salata, um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo, os números podem ser explicados por quatro fatores principais. "Além da crise de 2014, do enfraquecimento das políticas públicas e do choque da pandemia, tem outro fator importante: a **inflação**. Em 2021, você teve um impacto da **inflação** que interrompeu a recuperação da renda das famílias brasileiras. Além disso, em 2021, tivemos a decisão do governo de interromper o auxílio emergencial de forma abrupta", disse.

De acordo com a socióloga da Universidade de Brasília (UnB) Hayeska Barroso, a pandemia representou não apenas uma crise sanitária, mas também social e econômica, que afetou classes sociais de diferentes formas. "As crises tendem a tolher as próprias condições de vida da população mais pobre, e ali está em jogo viver ou morrer literalmente de fome, fazer uma refeição por dia ou fazer uma refeição sem ter a certeza do que vai comer a próxima. Isso não alcança, por exemplo, os mais ricos", afirmou.

Em relação à pandemia, o pesquisador Andre Salata destacou a importância do auxílio emergencial, que, segundo ele, "segurou" a desigualdade social em 2020: "A situação piorou muito em 2021, devido à interrupção do auxílio, que volta depois, mas com valores reduzidos, por isso vemos um salto (da taxa de pobreza)." A pesquisa ainda mostrou que mais da metade das pessoas em situação de extrema pobreza, isto é, 3,1 milhões de indivíduos, passou a integrar essa condição nos últimos sete anos. Desse total, 1,6 milhões foram apenas em 2021. O rendimento médio das famílias brasileiras também foi muito impactado durante esse período, sendo o menor desde 2012: R\$ 1.698. A parcela mais pobre da população dos grandes centros urbanos do Brasil, que corresponde a 40% do estrato social, possui rendimento médio inferior a um salário mínimo, com apenas R\$ 396,10.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Regra fiscal deve mudar

O Ministério da Economia está desenhando um modelo de meta para a dívida pública. Com banda de flutuação para cima ou para baixo, inspirado no sistema de metas de **inflação** adotado há 23 anos pelo Banco Central (BC) para definir a política de juros, o modelo poderia permitir maior expansão das despesas, desde que o endividamento ficasse sob controle. A regulamentação da meta para a dívida é discutida com o ajuste na regra do teto de gastos, principal âncora fiscal existente hoje.

Uma das propostas testadas é um alvo para a dívida entre 60% e 70% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com margem de tolerância de cinco pontos percentuais para mais ou para menos. Por exemplo: se a meta for de 65% do **PIB**, o governo cumpriria a meta se levasse a dívida para o intervalo entre 60% e 70%. Hoje, a dívida está em 78,2% do **PIB**.

Não há, porém, nenhum número fechado. Dependendo do nível da dívida e da sua trajetória, o sistema permitiria aumentar as despesas públicas acima da **inflação** desde que garantida a continuidade da queda do endividamento. Se a dívida estiver subindo, o governo teria de voltar a segurar as despesas.

Os técnicos da equipe econômica pretendem apresentar o resultado das simulações em reunião no início da semana que vem. O modelo faz parte da regulamentação de emenda constitucional promulgada em março de 2021 que garantiu a prorrogação do auxílio emergencial.

A emenda introduz uma meta para a dívida pública no arcabouço das regras fiscais, mas, passado mais de um ano, ainda não foi regulamentada. A expectativa da área econômica é de que o projeto de regulamentação seja discutido pelo Congresso na janela de votações depois das eleições. A ideia dos técnicos é que a dívida pública passe a ser a principal âncora da política fiscal brasileira. Hoje, esse papel é do teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

A proporção de 60% do **PIB** costuma ser referência para economias emergentes, como o Brasil. A previsão do governo é de que a dívida bruta em 2022 seja em torno de 78% do **PIB**. Em 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19, a dívida bruta subiu para 88,6% do **PIB**. Na época, analistas chegaram a prever que o endividamento público poderia chegar a 100%, o que não aconteceu.

Mudança no teto

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, discute mudanças no teto de gastos com a possibilidade de garantir um aumento real das despesas primárias (acima da **inflação**). Um dos números em estudo era de 1,5% do **PIB**. Esse número pode subir, a depender do **PIB**.

A regra a ser aplicada é a de que o ajuste do teto para acomodar mais benefícios sociais e investimentos não pode ser maior do que a expansão do **PIB**. Para 2022, o governo prevê alta do **PIB** de 2%. Para 2023, a estimativa chega a 2,5%, cenário que destoa do mercado financeiro, que projeta uma desaceleração para 0,4%.

Dívidas sufocam brasileiros

TÚLIO SANTOS/EM/D.A PRESS



A diarista Ethiele Gonçalves já corta supérfluos e pegou R\$ 2,5 mil emprestados para pagar à medida que conseguir serviço

Roger Dias

Encarar o começo de mês se tornou um drama para a diarista Ethiele Martins Gonçalves, de 30 anos. Sem emprego fixo há um ano e meio, a belo-horizontina acumulou dívidas no período e precisa constantemente abrir mão de compras consideradas mais supérfluas para viver com dignidade. Para não cair no vermelho, ela contraiu empréstimo de R\$ 2,5 mil nesta semana com a ideia de pagá-lo à medida que vai conseguindo trabalhos temporários na cidade.

O drama de Ethiele é o mesmo enfrentado por milhares de brasileiros que têm dificuldade de honrar seus compromissos. Não bastassem o alto índice de desemprego e as rendas médias cada vez mais baixas, o endividamento se transformou em um problema a mais num cenário já pessimista. Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o Instituto FSB Pesquisa mostrou que um a cada quatro brasileiros não consegue pagar todas as contas no fim do mês. Pior do que isso, precisa se endividar para pôr comida na mesa. Enquanto isso, gastos com viagens, lazer e roupas se reduziram progressivamente.

A dívida de Ethiele teve seu maior peso em virtude do atraso de quatro meses no aluguel da casa onde mora, em um total de mais de R\$ 2 mil, além de gastos com supermercado. "O momento é muito delicado, infelizmente, o que nos leva a ter dívidas. É uma realidade muito triste, pois dependemos de faxina para sobreviver e muitas vezes não conseguimos trabalho. É preciso paciência", lamenta.

Os dias também têm sido de certa ansiedade e sofrimento para o casal Amaurílio Moreira Costa, de

48, e a Fernanda, de 35, que vivem nas ruas. Desempregado há três anos, eles já sacrificaram a parcela do Auxílio Brasil que teriam direito a receber no dia 18 ao fazer um empréstimo numa financeira. O restante dos recursos é obtido por meio da reciclagem de papelão e latas. "Não teve jeito. Precisamos comer e não temos recursos. Quando o auxílio chegar, vamos receber apenas R\$ 280 dos R\$ 600 que o governo vai pagar", lamenta Amaurílio.

A auxiliar de serviços gerais Sandra Guimarães Silva, de 49, vive os reflexos de dívidas contraídas há dois meses por um dos filhos. "Ele me pediu o cartão emprestado para comprar celular e roupa e não pagou. A conta acabou sobrando para mim. Tenho de trabalhar dobrado. Apesar disso, consegui fazer umas economias para pagar as contas e não ficar devendo ninguém", afirma.

Nem mesmo quem tem emprego estável ficou longe das dívidas. O funcionário público Raimundo Torres, de 61, precisou contrair empréstimo para pagar dívidas herdadas por sua esposa, que tem um restaurante. Mas ele entende que há oportunidade para ficar em dia com as contas. "O Brasil passa por um momento tenso, mas tudo tem melhorado nos últimos meses. Com a gasolina mais barata, outros produtos também caem de preço, o que ajuda a economizar. A energia também baixou cerca de 30% na minha casa. Já é alguma coisa."

POUPANÇA DIFÍCIL O levantamento CNI/Instituto FSB Pesquisa mostra outro dado preocupante: apenas 29% dos brasileiros poupam, enquanto 68% não conseguem guardar dinheiro. O levantamento também mostrou que 64% dos entrevistados cortaram gastos desde o início do ano e 20% pegaram algum empréstimo ou contraíram dívidas nos últimos 12 meses. Em relação a dívidas específicas, 34% dos ouvidos atrasaram contas de luz ou água, 19% deixaram de pagar o plano de saúde e 16% tiveram de vender algum bem para quitar dívidas.

Outros hábitos foram afetados pela **inflação**. Segundo a pesquisa, 45% dos brasileiros pararam de comer fora de casa, 43% diminuíram gastos com transporte público e 40% deixaram de comprar algum alimento.

Além disso, pelo menos 28% deixaram de comprar medicamentos. Com a alta dos preços, a população está recorrendo a um hábito antigo: pechinchar. O levantamento aponta que 68% dos entrevistados admitiram que tentaram negociar preço menor antes

de fazer alguma compra neste ano.

Um total de 51% parcelou a compra no cartão de crédito, enquanto 31% dos entrevistados admitiram que compram fiado. Os juros altos estão tornando o crédito menos atrativo, ao menos para quem pode fugir dele. Menos de 15% dos brasileiros recorreram ao cheque especial, crédito consignado ou empréstimos com outras pessoas.

"A pandemia da COVID-19 e uma série de outros desafios, como a guerra na Ucrânia, comprometeram a recuperação da economia e a retomada do crescimento no Brasil. A aceleração da **inflação** levou a um novo ciclo de aumento de juros, o que desestimulou o consumo e os investimentos. Ao menos, estamos diante de um cenário de recuperação do mercado de trabalho, com redução do desemprego e aumento do rendimento da população - o que nos dá uma perspectiva de superação, ainda que gradual, dessa série de dificuldades que as famílias estão enfrentando", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

ENQUANTO ISSO...

...ETANOL E GASOLINA TÊM MAIORES QUEDAS

O preço médio da gasolina na Grande BH caiu 10,34% ou R\$ 0,62 em menos de um mês, segundo pesquisa do site Mercado Mineiro. O valor médio por litro, que era de R\$ 5,95 em 10 de julho, passou para R\$ 5,33 no levantamento feito entre 4 e 6 deste mês. A gasolina comum pode ser encontrada na capital mineira com preços entre R\$ 4,97 e R\$ 5,89 - variação de 18,51% entre postos. O preço médio do etanol está em R\$ 4,04, queda de 14,11% ou R\$ 0,66 nos preços. Já o diesel teve a menor redução de preços: apenas 1,64%, ou R\$ 0,08. O preço médio, que era de R\$ 7,02 em 10 de julho, caiu para R\$ 6,94 agora. Na comparação com janeiro de 2021, o valor do litro, que era R\$ 3,65, subiu 94,93%.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/08/2022/p1>

ENDIVIDAMENTO

■ Situação financeira

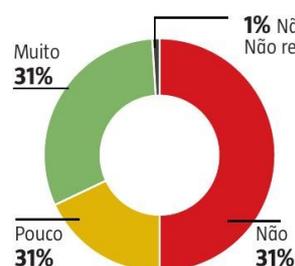
Fico apertado, pago as contas, mas não sobra nada	44%
Gerencio bem o dinheiro e guardo um pouco todo mês	29%
Não consigo pagar todas as contas e deixo algumas para o mês seguinte	19%
Preciso recorrer a empréstimos ou ajudas para pagar minhas contas	3%
Utilizo o cheque especial para pagar minhas contas	2%
Pago o mínimo do cartão de crédito e deixo o saldo para o próximo mês	1%
Não sabe/não respondeu	3%

■ Controle das dívidas

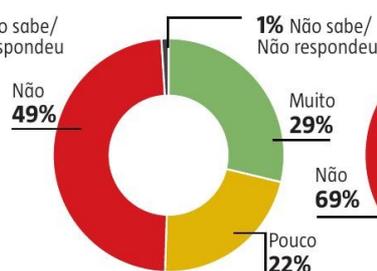
	Sim	Não	Não sabe
Reduzir despesas com lazer	66%	33%	1%
Deixar de comprar produtos de uso pessoal	58%	39%	3%
Desistir de viajar	57%	28%	15%
Deixou de comprar carro/moto	63%	36%	1%
Deixar de planejar a compra/reforma de casa	59%	40%	1%
Diminuir os gastos com transporte público	58%	41%	1%
Deixar de se alimentar fora de casa	50%	50%	-
Deixar de comprar determinados alimentos para casa	41%	59%	-
Atrasar contas como água ou luz	36%	64%	-
Deixar de pagar plano de saúde	35%	63%	2%
Reduzir ou deixar de comprar remédios	28%	72%	-
Deixar de pagar ou atrasar aluguel/prestação da casa	21%	79%	-
Vender um bem/bens para quitar dívidas	18%	72%	-
Atrasar contas de condomínio	17%	81%	2%

■ Hábitos de compra

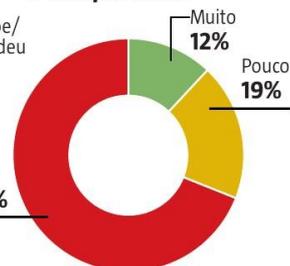
● Pechinchar preços



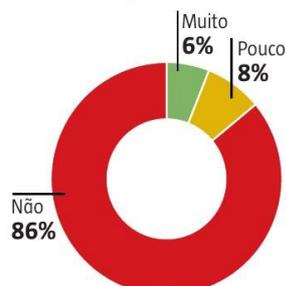
● Usar cartão de crédito



● Compra fiado



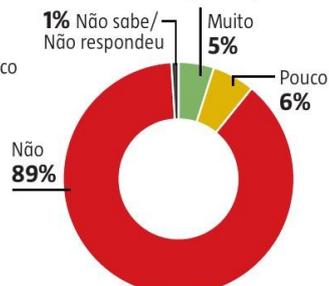
● Pedir empréstimos



● Usar crédito consignado



● Usar cheque especial



Fonte: CNI e Instituto FSB Pesquisa

82% dos empresários apoiam totalmente o regime democrático

Heloísa Mendonça

A maioria dos empresários (82%) concorda totalmente que, apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, segundo pesquisa realizada pela Fundação Tide Setubal e o Instituto Sivos.

Os dados mostram ainda que 98% dos entrevistados avaliam que é importante que haja eleições livres e justas no Brasil para que eles e seus negócios prosperem.

O estudo ouviu 417 empresários brasileiros entre os dias 20 de maio e 8 de julho. A amostragem utilizada seguiu a proporção de três variáveis-chave para caracterização das empresas: região do país (Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste e Norte), setor (serviço, comércio e indústria) e porte (pequena, média e grande).

Embora tenha sido feito antes da divulgação de manifestos em prol da democracia, que contam com apoio de lideranças do setor privado e de entidades empresariais, os dados reforçam uma mudança de postura do grupo, avalia Mariana Almeida, superintendente da Fundação Tide Setubal.

"Há uma manifestação do empresariado, o que não é o padrão. O fato de ter feito a pesquisa um pouco antes é interessante para ver que isso já estava sendo gestado. Quando vem um caso extremo, como o dos embaixadores, vem esse sentimento de corresponsabilidade social", afirma Almeida, em referência ao evento em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) atacou as urnas diante de uma plateia de representantes estrangeiros.

A amostra apontou também que que 82,5% dos empresários concordaram (totalmente ou em parte) que "ninguém deve ser sujeito à tortura, independentemente das circunstâncias".

Apesar de a maioria dos entrevistados preferir a democracia a qualquer outra forma de governo, quando questionados sobre a propensão a relativizar o regime em situações críticas, o cenário é diferente.

Perguntados se em uma situação de crise seria justificável que o Presidente da República fechasse o

Congresso e governasse sozinho, 55% afirmam discordar totalmente da atitude. Já 32% dizem concordar parcialmente ou totalmente com a atitude.

Questionados sobre qual meta deveria ser prioritária nos próximos anos, um terço vê a proteção à liberdade de expressão como prioridade (33,8%) -o combate à **inflação** fica em segundo lugar (30%).

O levantamento também mostrou que 81,5% dos empresários concordam totalmente ou em parte que eles também são responsáveis por trabalhar pela solução dos problemas sociais do país.

A articulação de empresários em torno de documentos em defesa da democracia e do Estado de Direito vem incomodando Bolsonaro. Na semana passada, o presidente desmarcou participação em debate na Fiesp e um jantar com empresários agendados para 11 de agosto, mesma data em que os manifestos serão lidos em evento na Faculdade de Direito da USP.

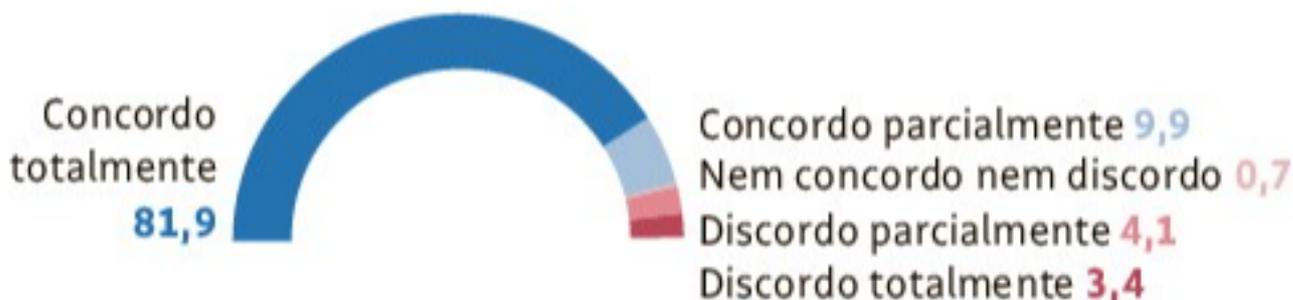
Segundo a Folha apurou, o temor de desgaste de imagem foi o principal motivador para a desistência.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49998>

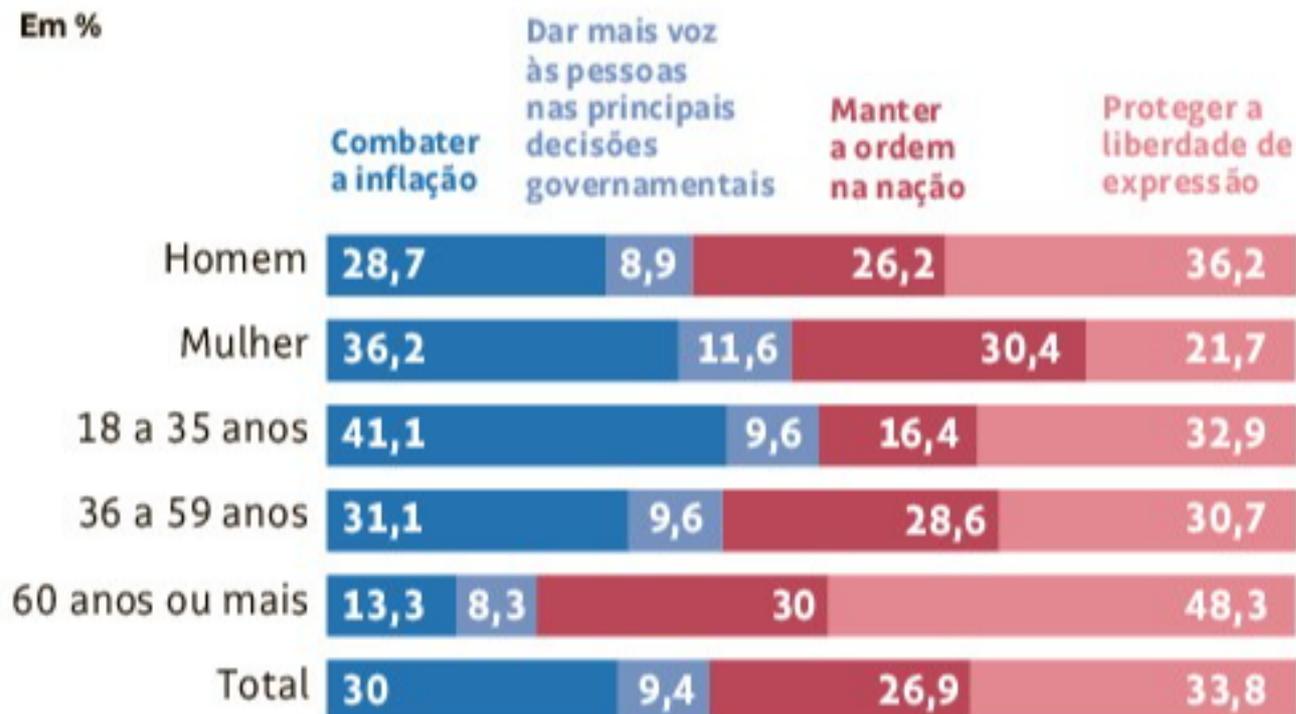
Maior parte do empresariado defende democracia

Em %



Opinião sobre a meta prioritária para os próximos anos

Em %



Fonte: Pesquisa da Fundação Tide Setubal e o Instituto Sivis com 417 empresários brasileiros entre os dias 20 de maio e 8 de julho

Ações da Petrobras avançam 5% e puxam índice Bovespa acima dos 108 mil pontos



Funcionário da Petrobras checa nível de tanque Adriano Machado - 14.mai.22/Reuters

FOLHAINVEST

O Ibovespa subiu 1,81% nesta segunda-feira (8), chegando assim aos 108.402 pontos.

É a maior pontuação para um fechamento do principal índice de referência da Bolsa de Valores desde o dia 7 de junho.

Parte importante da alta da Bolsa é reflexo da disparada de 5,05% das ações preferenciais da Petrobras, cujos papéis foram os mais negociados nesta sessão.

Além da manutenção do impacto positiva no mercado do recente pagamento de quase R\$ 88 bilhões em dividendos, a assinatura de um contrato com uma companhia estatal boliviana para garantir o abastecimento de gás ao mercado interno animou os investidores nesta segunda, segundo Idean Alves, sócio e chefe da mesa de operações da Ação Brasil Investimentos.

"A Petrobras celebrou um novo aditivo ao contrato de compra de gás natural com a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), trazendo mais previsibilidade ao fornecimento de gás ao mercado local", comentou Alves.

Também favoreceu o ganho da Petrobras a alta do petróleo no mercado internacional nesta segunda-feira.

O preço de referência da matéria-prima bruta tinha alta de 1,30% no início da noite, com o barril do Brent negociado a US\$ 96,15 (R\$ 492,68).

No mercado de ações de Nova York, o indicador S P 500, parâmetro para a Bolsa, caiu 0,12%.

No câmbio, o dólar caiu pela terceira vez consecutiva frente à divisa brasileira, continuando o movimento de depreciação observado na semana passada.

Ao recuar 1,06%, o dólar comercial fechou cotado a R\$ 5,1130 na venda. É o menor valor desde o encerramento do pregão do dia 15 de junho, quando a divisa valia R\$ 5,029.

Na sexta-feira passada (5), o real obteve a maior valorização frente ao dólar em relação às principais moedas, além de ocupar a terceira posição entre as divisas de países emergentes que mais subiram no dia, atrás do rublo da Rússia e do baht tailandês.

O otimismo predominou no mercado financeiro brasileiro na semana passada, com investidores avaliando o **comunicado** do Banco Central da última quarta-feira (3), que elevou a taxa Selic para 13,75% ao ano.

Embora a autoridade monetária tenha deixado a porta aberta para um novo aumento da taxa Selic em setembro, investidores consideraram que haverá uma pausa no aperto ao crédito nos próximos meses.

Como existe a expectativa de queda da **inflação**, o juro real (taxa nominal descontada a **inflação**) tende a subir, e isso atrai mais dólares para o mercado de renda fixa do Brasil.

A alta da taxa Selic já reforçou a posição do Brasil como líder do ranking mundial de juros reais, situação que ocupa desde a reunião de maio do comitê monetário do Banco Central, segundo levantamento do portal MoneYou e da gestora Infinity Asset Management.

No exterior, porém, o dólar voltou a ganhar força após o governo dos Estados Unidos divulgar na sexta-feira que a criação de vagas de trabalho em julho superou as expectativas em julho.

A taxa de desemprego caiu para 3,5%, a mínima registrada desde antes da pandemia. Isso indicou que a economia americana não estava em recessão, apesar de duas quedas trimestrais consecutivas do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Investidores voltaram a considerar, portanto, que o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) manterá um nível semelhante de aumento da sua taxa de juros das duas últimas reuniões, de 0,75 ponto percentual.

Juros mais altos aumentam a rentabilidade dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos e valorizam o dólar.

Site:

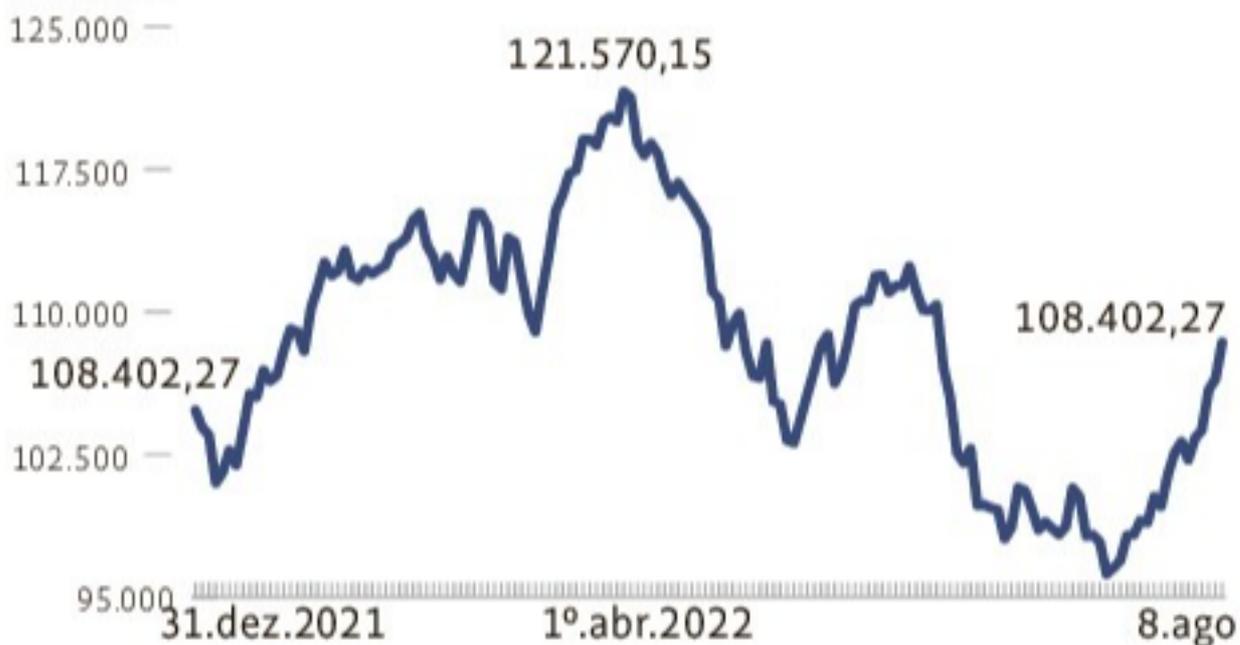
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

98

Bolsa e dólar em 2022

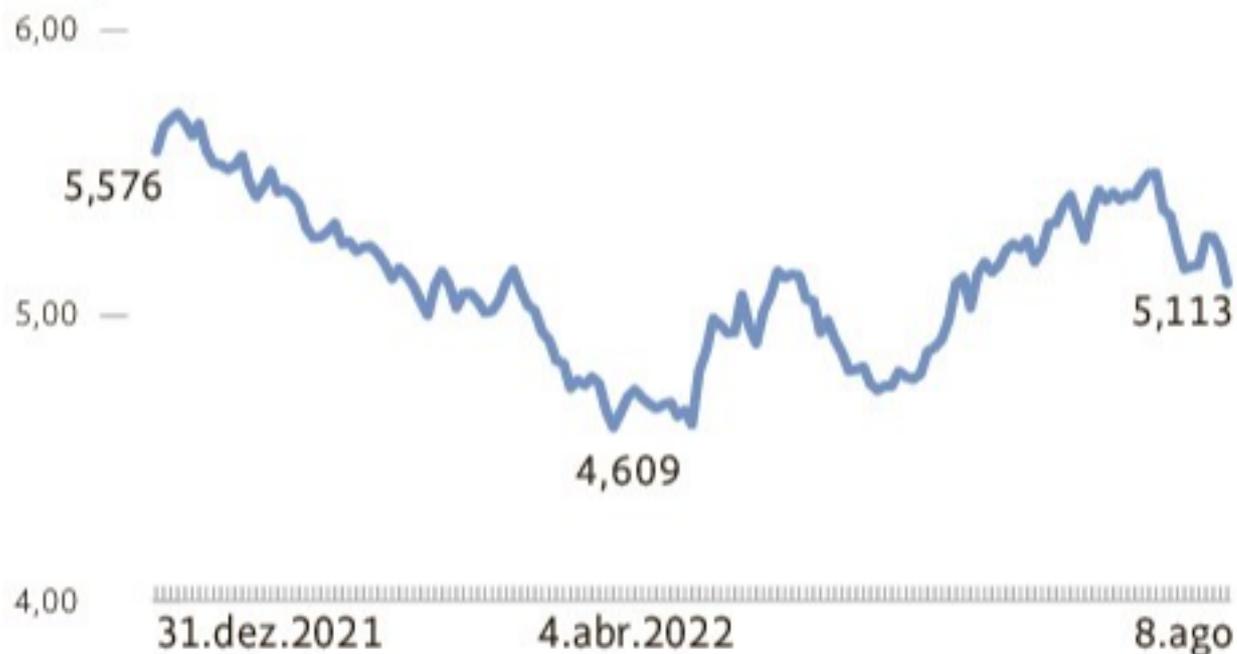
Ibovespa

Em pontos



Dólar

Em R\$



Fonte: CMA

Pobreza recorde afeta quase 20 milhões nas metrópoles do Brasil



Leonardo Vieceli

Com o corte do auxílio emergencial, a disparada da **inflação** e a retomada insuficiente do mercado de trabalho, o número de pessoas em situação de pobreza saltou para 19,8 milhões nas metrópoles brasileiras em 2021.

É o maior nível de uma série histórica de dez anos, iniciada em 2012, aponta o 9º Boletim Desigualdade nas Metrópoles. O estudo analisa estatísticas das 22 principais áreas metropolitanas do país.

Ao chegar a 19,8 milhões, o número de pobres passou a representar 23,7% -quase um quarto- da população total dessas regiões.

O percentual também é, com folga, o maior da série histórica. Até então, a porcentagem nunca havia alcançado 20%.

O grupo em situação de pobreza teve acréscimo de 3,8 milhões de pessoas na comparação com 2020, quando estava em cerca de 16 milhões.

O avanço equivale a praticamente o dobro da população total estimada para uma cidade como Curitiba -quase 2 milhões de habitantes.

O boletim é produzido em uma parceria entre PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Observatório das Metrópoles e RedODSAL (Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina).

A nova edição utiliza dados da Pnad Contínua com recorte anual. Essa versão da Pnad, divulgada pelo

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), vai além do mercado de trabalho e também contempla outras fontes de renda, incluindo programas sociais.

Para os responsáveis pelo boletim, o Brasil já sinalizava dificuldades no combate à pobreza desde a passagem de 2014 para 2015. A partir da chegada da pandemia, em 2020, o problema se agravou.

"A crise já vinha se desenhando. Estávamos em uma maré muito ruim. Em cima disso, veio a pandemia", afirma André Salata, professor do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS e um dos coordenadores do boletim.

O salto da pobreza em 2021, dizem os pesquisadores, pode ser associado a pelo menos três fatores: recuperação incompleta do mercado de trabalho, disparada da **inflação** e retirada abrupta do auxílio emergencial no início do ano passado. O benefício até foi retomado na sequência, mas com público e valores reduzidos.

"Isso [mudanças no auxílio] fez os indicadores de pobreza darem um salto", diz Salata.

"Em 2021, tivemos ainda o efeito inflacionário", lembra Marcelo Ribeiro, pesquisador do Observatório das Metrópoles e professor do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ), que também é coordenador do estudo.

"As pessoas voltaram ao trabalho, estimuladas pelo avanço da vacinação. Mas essa retomada não foi suficiente para recuperar a renda do período anterior à pandemia. Tudo isso contribuiu para as perdas, sobretudo dos mais pobres", completa Ribeiro.

O boletim utiliza critérios do Banco Mundial para definir os parâmetros de pobreza e pobreza extrema.

Em valores médios de 2021, convertidos em reais, a linha de pobreza foi de aproximadamente R\$ 465 per capita (por pessoa) por mês, enquanto a de pobreza extrema ficou em cerca de R\$ 160 per capita por mês.

Na prática, moradores de domicílios cuja renda por pessoa esteve abaixo desses patamares foram classificados pelo estudo como pobres ou extremamente pobres.

O boletim mostra que o segundo grupo também bateu recorde em 2021. O contingente de pessoas em pobreza extrema chegou a 5,3 milhões nas regiões metropolitanas no ano passado. A marca representa 6,3% da população.

Houve acréscimo de 1,6 milhão de pessoas em situação de pobreza extrema ante 2020, quando o contingente era de 3,7 milhões. O avanço anual supera a população de uma capital como Porto Alegre (1,5 milhão).

As regiões metropolitanas com as maiores taxas de pobreza em 2021 foram Manaus (41,8%) e Grande São Luís (40,1%), as duas únicas acima de 40%. Já os locais com os menores resultados foram Florianópolis (9,9%) e Porto Alegre (11,4%).

No caso da pobreza extrema, Recife (13%) e Salvador (12,2%) registraram os percentuais mais elevados. Florianópolis (1,3%) e Cuiabá (2,4%) apareceram na outra ponta, com os índices mais baixos.

Os responsáveis pelo estudo ainda chamam atenção para o caso de São Paulo, já que se trata da maior metrópole do país.

De 2014 para 2021, período com registro de turbulências na economia, o número local de pobres quase dobrou, passando de cerca de 2 milhões para 3,9 milhões. A taxa de pobreza na região metropolitana pulou de 9,5% para 17,8% no mesmo intervalo.

Já o grupo em pobreza extrema em São Paulo saltou de 381,4 mil em 2014 para 1,03 milhão em 2021. A taxa aumentou de 1,8% para 4,7% da população total.

"O número de pessoas em pobreza extrema em São Paulo é assustador. Chegou a mais de 1 milhão. Em 2014, era de menos de 400 mil. Claro, a população está aumentando, mas é um salto muito grande. Exemplifica a crise social", avalia Salata.

"No Rio de Janeiro, o número de pessoas em extrema pobreza também é de quase 1 milhão [subiu de 336,1 mil em 2014 para 926,8 mil em 2021]. É como se tivéssemos uma metrópole extremamente pobre dentro de São Paulo ou Rio", compara Ribeiro.

Geysa de Oliveira Glória, 31, sentiu o impacto da crise. A moradora de Heliópolis, periferia de São Paulo, está sem emprego formal desde 2020, quando perdeu uma vaga em uma cozinha de uma escola.

"Está muito complicado devido à falta de trabalho, e tudo está caro", lamenta Geysa, que vive com o

marido, o filho e a sogra.

Segundo ela, o sustento do lar nos últimos meses veio do seguro-desemprego do companheiro, de bicos esporádicos e de doações. Geysa quer apostar na produção e venda de bolos e doces, atividade em que já tem experiência.

"Meu desejo é ter meu mercado para trabalhar. Gosto do que faço, dos meus doces e bolos", diz. "Já consegui ajudar muitas pessoas, hoje não consigo. Isso dói", completa.

Para 2022, os pesquisadores veem tanto fatores que podem elevar a renda dos mais vulneráveis quanto questões que dificultam uma recuperação mais consistente.

Por um lado, dizem, a volta ao mercado de trabalho e o aumento do Auxílio Brasil às vésperas das eleições tendem a gerar uma recomposição do rendimento.

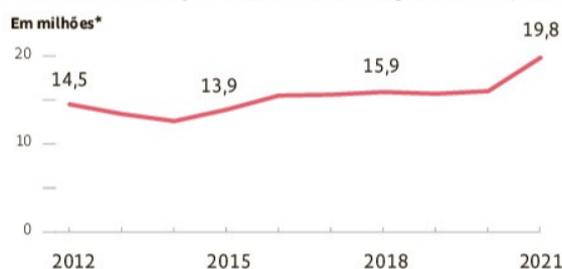
"O Auxílio Brasil de R\$ 600, sem dúvida, vai ter impacto na renda dos mais pobres. Mas é bom lembrar que uma política de transferência de renda, para ser bem feita, precisa de sustentabilidade e ser bem focalizada. Há muitas críticas em relação à focalização do auxílio", pondera Salata.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49998>

Menos dinheiro no bolso

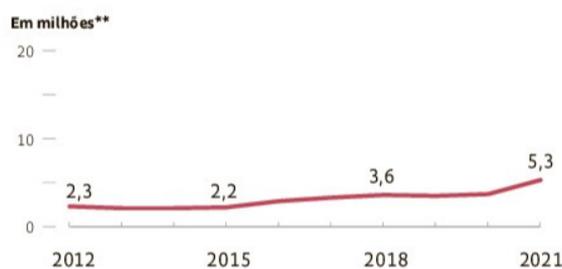
Pessoas em situação de pobreza nas regiões metropolitanas



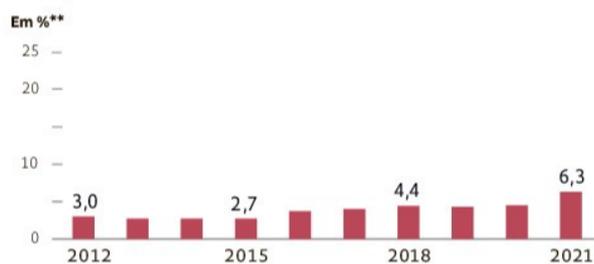
Percentual de pobreza na população das regiões metropolitanas



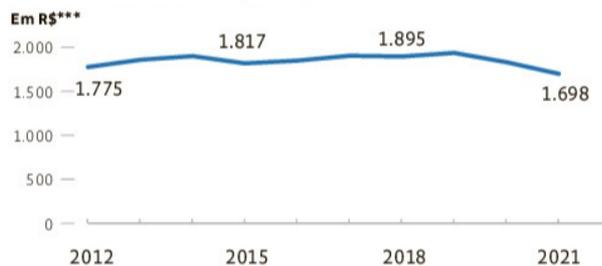
Pessoas em situação de pobreza extrema nas regiões metropolitanas



Percentual de pobreza extrema na população das regiões metropolitanas



Renda média nas metrópoles



Fonte: 9º Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, a partir de dados do IBGE

* Em valores mensais de 2021, a linha de pobreza é de cerca de R\$ 465 per capita

** Em valores mensais de 2021, a linha de extrema pobreza é de cerca de R\$ 160

per capita ***Inclui diferentes fontes de rendimento, como trabalho e programas sociais

Líder mundial nas exportações líquidas de alimentos, parte do Brasil passa fome - VAIVÉM DAS COMMODITIES

MAURO ZAFALON

O Brasil, o maior exportador líquido de alimentos do mundo, passa fome. O setor vem conquistando números impressionantes nos últimos anos, e as exportações acumuladas em 12 meses já atingem US\$ 140 bilhões (R\$ 716 bilhões). Na última década, esse valor sobe para US\$ 1 trilhão (R\$ 5,1 trilhões).

Nos sete primeiros meses deste ano, o país exportou o correspondente a US\$ 78,1 bilhões (R\$ 399,5 bilhões) em produtos destinados à alimentação humana e animal. No mesmo período, importou o correspondente a US\$ 7,8 bilhões (R\$ 39,9 bilhões).

Para cada US\$ 1 importado, o país conseguiu US\$ 10 nas exportações neste ano. No final dos anos 1990, essa relação era de apenas US\$ 1 por US\$ 3.

Mesmo com tão bom desempenho, a produção do agronegócio não chega a boa parte dos consumidores nacionais. Pesquisa do Datafolha indica que 33% dos entrevistados relataram não ter comida suficiente na mesa.

Se o agronegócio vai bem, a economia, não. Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, diz que a função do agro é produzir. E ele produz, afirma. O poder de compra dos consumidores, porém, deve ser gerado por políticas de emprego e de renda dos governos, segundo o ex-ministro.

Dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) indicam que o rendimento real habitual caiu 5,1% no segundo trimestre deste ano, em relação a igual período do ano anterior. Quando comparado ao segundo trimestre de 2020, a queda é de 11%.

Na contramão dessa queda de rendimento, os alimentos tiveram uma disparada de preços desde o início do governo Bolsonaro. Na média, a **inflação** geral subiu 28% desde o início de 2019, enquanto os alimentos ficaram 54% mais caros. Em alguns casos, como o do óleo de soja, a alta no período foi de 208%, conforme dados da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

O agronegócio realmente cresce, e foi favorecido pelos bons ventos externos e internos. Externamente, os produtos brasileiros estão chegando a uma nova classe consumidora, e com renda maior, principalmente na Ásia. Enquanto no Brasil, mais consumidores são afastados dos alimentos devido à perda de renda e dos altos preços.

Internamente, o desarranjo da economia elevou a taxa de desemprego, mas o dólar alto tornou os produtos brasileiros mais baratos no exterior, facilitando as exportações.

As receitas obtidas permitiram uma expansão e modernização do setor. Esse mesmo dólar trouxe, porém, os custos externos elevados para dentro do país.

O Brasil consegue uma expansão invejável na produção de grãos. Em 2010, eram 150 milhões de toneladas. Neste ano, o potencial chegou a 300 milhões de toneladas, volume não atingido devido a adversidades climáticas. O país deverá produzir 272 milhões.

O país avança, no entanto, nos produtos voltados mais para o mercado externo, em detrimento dos produzidos para consumo interno.

Em um mercado mundial de demanda aquecida e elevação de preços, alguns produtos dão aos agricultores maior liquidez, como a soja.

Dos 24,2 milhões de hectares semeados em 2010, a oleaginosa deverá ser plantada em 43 milhões nesta safra 2022/23.

Esse avanço ocorre, no entanto, não só em novas áreas, como em espaços ocupados por culturas tradicionais. No Rio Grande do Sul, a área de soja passou de 4 milhões de hectares, em 2010, para 6,4 milhões no ano passado.

Já a cultura de arroz, menos competitiva do que a de soja, teve uma redução de 1,2 milhão para 957 mil hectares no mesmo período no estado. Os gaúchos

são os maiores produtores nacionais de arroz. Em 2020, o cereal teve aumento de 77% nos supermercados nacionais.

O feijão, outro produto presente no dia a dia da alimentação do brasileiro, também vem perdendo espaço para a soja. A área nacional recuou de 4 milhões de hectares, em 2010, para 2,8 milhões em 2022. No Paraná, um dos líderes na produção da leguminosa, o recuo foi de 15% no período.

A produção nacional de feijão caiu, e os preços internos subiram 124% nos últimos três anos e meio, conforme os dados da Fipe, referentes à cidade de São Paulo.

Além da produção menor de alguns produtos, o aumento das exportações traz para dentro do país o patamar externo de preços, aquecidos ainda mais pelo dólar elevado.

A exportação de milho, um cereal que cada vez mais ganha espaço no mercado externo, faz com que produtos básicos à alimentação da população de menor renda, como a farinha de milho e o fubá, fiquem inacessíveis. Desde o início de 2019, o fubá acumula alta de 77%, bem acima da **inflação** média do período, que foi de 28%.

O Brasil melhorou muito também a produção de proteínas, graças ao mercado externo. Os preços internos, porém, tiram o consumidor de menor renda do mercado.

A carne de frango acumula alta de 91% desde o início de 2019; a bovina, 71%; e a suína, 55%, patamares bem acima do da **inflação**. Tradicionalmente, um pouco mais de 20% da carne bovina produzida ia para o mercado externo. Esse percentual esteve próximo de 30% em anos recentes.

A demanda externa aqueceu os preços. No início de 2019, a tonelada de carne era negociada pelo Brasil a US\$ 3.750 no mercado externo. No mês passado, estava em US\$ 6.549, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

A elevação dos preços traz, ainda, distorções no mercado interno. O quilo de picanha, acessível aos consumidores de maior renda, subiu 52%. Já o do acém, consumido pelos de menor renda, aumentou 97%.

O aumento dos preços dos alimentos não depende apenas de decisões internas do que produzir, mas também do mercado externo, que tem forte demanda.

Os mercados estão totalmente interligados, e a maior

dificuldade para o consumidor brasileiro será acompanhar a evolução dos preços externos, uma vez que a renda interna está bastante deteriorada.

Essa crise não tem uma data para acabar. A FAO mostrou, na sexta-feira (5), que os preços externos estão recuando, mas ainda continuam em patamares recordes.

Para o analista Ivan Wedekin, o equilíbrio mundial de alimentos só virá após duas boas safras mundiais de grãos.

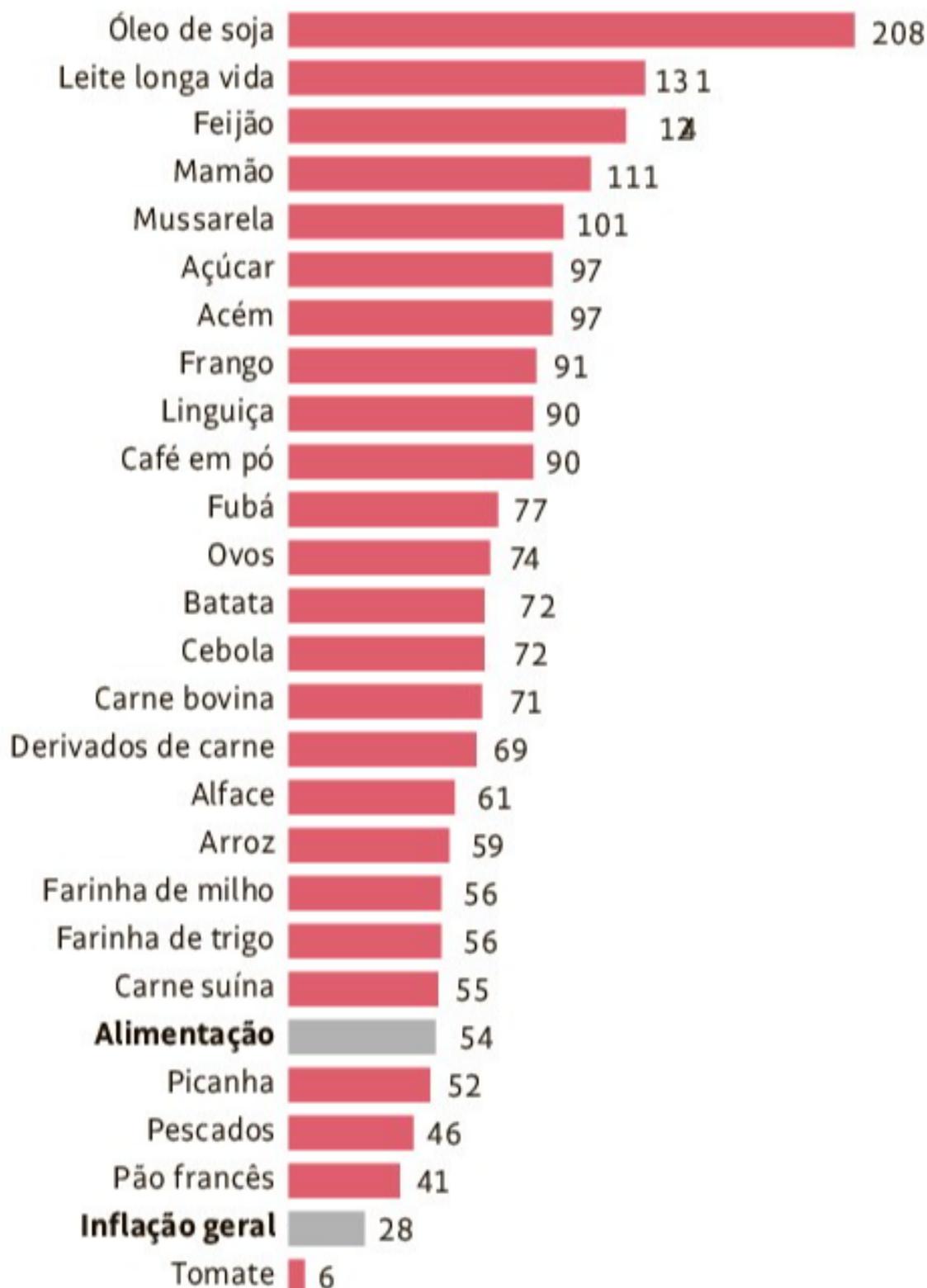
Se isso não ocorrer, a baixa renda do brasileiro fará com que ele seja um dos mais afetados na disputa pelos alimentos, devido aos elevados preços internacionais.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49998>

Preços inacessíveis

Variação acumulada de jan.2019 a jul.2022, em %



Fontes: Fipe e Folha

Pauta básica para um governo sério (Editorial)



Prosperidade e melhores condições de vida para todos devem ser bandeiras do novo governo, mas seu sucesso dependerá de algo mais que boas intenções e apoio político. Para voltar a crescer de forma duradoura, com mais dinamismo e mais justiça, o País dependerá de novos padrões de política econômica e social, voltados para a eficiência do setor público e para a liberação do potencial produtivo da sociedade. Uma agenda mínima para esse tipo de trabalho acaba de ser apresentada por um grupo de seis especialistas, os economistas Bernard Appy, Francisco Gaetani, Pérsio Arida e Marcelo Medeiros, o jurista Carlos Ari Sundfeld e o cientista político Sérgio Fausto. O documento indica no seu título algumas qualificações de seus destinatários: Contribuições para um governo democrático e progressista.

A adoção dessa pauta poderia facilitar uma ampla renovação das condições econômicas e sociais do Brasil.

Os autores propõem medidas permanentes para proteção contra a pobreza extrema e para melhor funcionamento do sistema previdenciário. Defendem autorização temporária para gastos acima do teto. Seriam despesas destinadas a programas sociais, de

aumento da produtividade (pesquisa tecnológica, por exemplo) e a medidas de preservação ambiental. Sugerem reforma do Estado e mudanças para tornar mais funcional e mais justo o sistema tributário.

As propostas, de modo geral, são conhecidas de quem acompanha as avaliações da economia brasileira produzidas por entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e instituições do mercado. A rigidez do Orçamento, sujeito a vinculações constitucionais e sobrecarregado de gastos obrigatórios, é discutida há décadas.

A baixa produtividade da máquina governamental é um problema nunca resolvido de forma satisfatória.

Houve, há muitos anos, boas tentativas de reforma administrativa, mas sem efeitos duradouros.

A tributação disfuncional e regressiva é um velho assunto de economistas e políticos, mas nenhuma reforma ampla e realista foi imposta ao sistema em vigor há mais de meio século. A criação de um ambiente regulatório mais propício aos negócios aparece em todo debate sério sobre eficiência econômica e competitividade, mas pouco se tem avançado nas mudanças.

A persistência dos entraves, agravados durante longo período, traduz-se no baixo crescimento econômico do último decênio, na escassa integração global do País e no limitado poder de competição da maior parte da indústria.

Com exceção do agronegócio e de alguns segmentos e grupos industriais, o setor produtivo brasileiro mostra-se pouco preparado para participar do jogo internacional.

Só uma reforma importante, a da Previdência, foi aprovada a partir de 2019 - e as condições para essa mudança já haviam avançado no governo anterior.

As propostas de reformas tributária e administrativa apresentadas pelo atual governo mal chegam a valer alguma discussão. Refletem, simplesmente, a imensa dificuldade da equipe do Executivo para cuidar de questões importantes da economia real. Essa dificuldade se reflete também, como é fácil perceber,

no escasso crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro, no empobrecimento de milhões de famílias, no câmbio instável e na **inflação** elevada.

Nenhum desses problemas será vencido, nos próximos anos, sem mudanças políticas suficientes para reconduzir o País a um crescimento mais acentuado e duradouro. Nada disso será conseguido com bondades improvisadas para objetivos eleitorais.

As previsões sombrias do mercado para o período de 2023 a 2025 mostram o pouco valor atribuído a essas medidas por especialistas.

Alguns candidatos já valorizam, em seus discursos, algumas ações propostas pelos seis especialistas. Alguns parecem mais inclinados a valorizar apenas a remoção do teto de gastos. Aos eleitores, no entanto, as Contribuições oferecem alguns critérios para avaliar a seriedade e a competência dos pretendentes à Presidência da República.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Orçamento bolsonarista é a quadratura do círculo (Editorial)

Governar é fazer escolhas, e a elaboração do Orçamento talvez seja a mais relevante delas. É ali que o Executivo lista as prioridades do presente, as heranças do passado e as perspectivas de futuro. O Orçamento de 2023, tudo indica, representará a essência da administração Jair Bolsonaro. Um presidente que se recusa a governar não poderia apresentar nada além de um amontoado de gastos obrigatórios, promessas de campanha inexecutáveis e verbas loteadas entre aliados do Centrão. Como mostrou o Estadão, técnicos do Ministério da Economia estão quebrando a cabeça para fechar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem. O motivo são os recorrentes pedidos de Bolsonaro por novas despesas e renúncias de receitas.

Não são iniciativas para aumentar a parcela do investimento público de forma a impulsionar o crescimento econômico, tampouco medidas para elevar os recursos reservados para pesquisa, ciência e tecnologia, fundamentais para um país que pensa no longo prazo. São simplesmente acenos que tentam tirar da estagnação a candidatura de um presidente desesperado por sua reeleição.

Até o dia 31 de agosto, os técnicos terão que enviar uma proposta ao Congresso.

Fechar as contas demandará rezar por um milagre ou apelar ao malabarismo.

Bolsonaro pediu à equipe econômica para incluir um reajuste linear de 5% nos salários de todo o funcionalismo público, congelados desde 2017 na maioria das carreiras. Quer que o piso do Auxílio Brasil, temporariamente elevado a R\$ 600 até dezembro, seja mantido nesse mesmo valor a partir de janeiro. E a ordem mais recente é atualizar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física no ano que vem. À Rádio Guaíba, Bolsonaro disse que a revisão já estaria garantida, faltando apenas definir o percentual da correção. "Imposto de Renda está virando um redutor de renda", afirmou o presidente.

Nisso o presidente tem razão. Manter inalterada a tabela do Imposto de Renda é aumentar indiretamente a carga que incide sobre o trabalhador formal ao sabor da **inflação**. Se tudo permanecer como está, quem ganhar 1,5 salário mínimo em 2023, ou R\$ 1.965,

passará a ser tributado na fonte. É justo que parte dos servidores, especialmente aqueles com rendimentos mais defasados, tenham alguma recomposição.

É provável que o piso do Auxílio Brasil seja insuficiente para famílias monoparentais chefiadas por mães e seus filhos pequenos. Todas essas demandas têm mérito, mas atender a uma ou a todas elas impõe fazer escolhas, tudo que Bolsonaro nunca fez como presidente. Ele sabe que não há como incluir tudo isso no Ploa - e o fato de o Ministério da Economia, às vésperas da eleição, ter escondido o valor bloqueado das emendas de relator, tudo para evitar uma guerra com o Congresso, só reforça o nível de ficção a que o Orçamento chegou sob o atual governo.

Candidatos que não estão investidos no cargo podem fazer as promessas que desejarem livremente. Como adversários e desafiantes do incumbente, eles têm, a seu favor, a falta de conhecimento prévio sobre as agruras da gestão orçamentária. Uma vez eleitos, o esperado é que o peso da responsabilidade inerente à função pública os obrigue a enfrentar a dura realidade das contas públicas sem ilusões. Bolsonaro, ao contrário, não detém mais essa prerrogativa. É o resultado de seu trabalho como governante que estará sob avaliação do eleitor, não suas promessas futuras ou reeditadas. Ao insistir em vestir o figurino de candidato, como se presidente não fosse, ele demonstra ter consciência de que esse julgamento não lhe será favorável. Apavorado, renova, na reta final de seu mandato, o rol de compromissos que foi incapaz de cumprir. Assim, além do legado de destruição e retrocessos sem precedentes na história brasileira, Bolsonaro deve deixar um Orçamento inviável como herança para seu sucessor. Quatro anos de completo desgoverno exigirão do futuro presidente escolhas ainda mais difíceis, sobretudo para compensar as decisões de um mandatário que nunca honrou os votos conquistados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Supremo avalia reajuste de 18% e ministro pode ter salário de R\$ 46 mil

ROSINEI COUTINHO/STF - 1/7/20



O Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá hoje proposta de reajuste salarial de 18% para os ministros e os servidores do Judiciário. Caso a medida seja aprovada pelos magistrados e, depois, pelo Congresso Nacional, o salário dos 11 integrantes da Corte poderá chegar a R\$ 46.365,74 - hoje, a remuneração é de R\$ 39.293,32, o teto do funcionalismo brasileiro.

O tema será debatido em sessão administrativa da Corte convocada pelo presidente Luiz Fux, com início previsto para as 8 horas. Como os salários dos juízes de todo o País estão vinculados aos vencimentos dos ministros do Supremo, uma elevação dos ganhos dos integrantes da Corte reflete em toda a magistratura, no chamado "efeito cascata".

A última vez que os salários dos ministros do Supremo foram reajustados foi em 2018, em 16,3%. Na ocasião, um estudo da Consultoria Legislativa do Senado estimou em pouco mais de R\$ 4 bilhões o impacto nas folhas de pagamento dos juízes em todo o País. Estados e municípios também têm aumento de despesas.

Pela proposta, o orçamento total do STF subiria dos atuais R\$ 767 milhões para R\$ 850 milhões em 2023, em um reajuste de 10,9%, equivalente à **inflação** do período. A alta cobriria o possível reajuste a ser dado a juízes, ministros e servidores.

As propostas de reajuste salarial foram formuladas por associações de servidores do Judiciário e de magistrados. A alta seria feita de forma progressiva, dividida em quatro vezes. O primeiro aumento seria concedido em abril de 2023 e o último, em julho de 2024.

QUEIXA. Os magistrados argumentam que estão sem reajuste desde o último ano do governo Michel **Temer** (MDB), enquanto os servidores do Judiciário não tiveram aumento desde 2016.

Porém, como tem mostrado o Estadão, penduricalhos reforçam contracheque de carreiras jurídicas.

O impacto pode, ainda, chegar ao Ministério Público.

Pela lei, existe a simetria entre as carreiras nas Procuradorias e na magistratura.

O procurador-geral da República, por exemplo, recebe o mesmo salário de um ministro do STF.

Reportagem do Estadão, publicada em 15 de julho, mostrou que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) criou um desses penduricalhos que pode aumentar em até R\$ 11 mil o salário dos procuradores da República, por meio de uma "recomendação" do órgão.

Eles ganharam o direito de receber até 33% a mais para exercer as funções pelas quais foram contratados sob a justificativa de que estão sobrecarregados. Na prática, o benefício eleva o vencimento ao teto do funcionalismo e segue, pela simetria, bônus semelhante pago a juízes por alegado excesso de processos. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>